

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

SOANE LOPES DOS SANTOS

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS:
ESTUDO DE CASO EM EUNÁPOLIS-BA**

**SÃO MATEUS/ES
2016**

SOANE LOPES DOS SANTOS

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS:
ESTUDO DE CASO EM EUNÁPOLIS-BA**

Dissertação apresentada à Faculdade Vale do Cricaré para obtenção do título de Mestre Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dsc. José Geraldo Ferreira da Silva

São Mateus/ES
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus - ES

S237s

SANTOS, Soane Lopes dos.

Sustentabilidade social em assentamentos rurais: estudo de caso em Eunápolis-BA / Soane Lopes dos Santos – São Mateus - ES, 2016.

128 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2016.

Orientação: Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva.

1. Assentamentos. 2. Sustentabilidade social. 3. Desenvolvimento. I. Título.

CDD: 353.5

SOANE LOPES DOS SANTOS

**SUSTENTABILIDADE SOCIAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS –
ESTUDO DE CASO EM EUNÁPOLIS - BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional, na área de concentração Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 16 de setembro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. José Geraldo Ferreira da Silva
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientador



Prof. Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Profa. Dra. Sheila Cristina Prucoli Posse
Instituto Capixaba de Pesquisa (INCAPER)

À Deus pelo dom da vida.

À minha família, esteio necessário para continuar caminhando.

Aos amigos pelo incentivo, carinho e, principalmente pelas palavras de força e fé.

Aos meus professores pela dedicação e humildade de compartilharem conosco uma pequena parcela do seu saber.

À vida por ser tão criteriosa e, simplesmente, fantástica!

Dedicatória

Agradeço ao nosso **Senhor Jesus Cristo**, pela esperança e misericórdia, que se renovam a cada manhã, mesmo em tempos conturbados.

A toda a minha família, em especial ao meu amado filho **Lucas**, que só pela simples presença me tornava forte o suficiente para continuar.

Ao meu “presente de Deus”, meu marido **Fernando Beceveli**, pessoa muito especial, companheiro de jornada e peça fundamental para a concretização desse sonho.

Aos **Pensadores da BR**, amigos queridos, guerreiros dedicados, que com grande sabedoria e entusiasmo conseguiram manter o equilíbrio e renovar as esperanças a cada manhã de sábado, a cada quilômetro percorrido, a cada parada no HIKARI, a cada terço rezado.

Ao meu Orientador, o **Professor Doutor José Geraldo Ferreira da Silva**, pelo conjunto de características próprias dos grandes espíritos: sabedoria, sensibilidade, gentileza no trato, dedicação e paciência na transmissão dos conhecimentos, dons dos quais desfrutei nesse convívio iluminado na orientação desse trabalho de dissertação de mestrado.

Aos **meus colegas de trabalho da Unesulbahia**, pelo incentivo e amizade.

Aos meus amigos, em especial a **Jackson Torres, Jakinho**, um iluminado Pensador que soube expressar com suas ações o verdadeiro sentido da amizade.

À professora **Ademilde Maria Alves da Silva Fadini** pelo apoio institucional e pessoal, imprescindíveis nessa longa jornada.

“Sete pecados sociais: política sem princípios, riqueza sem **trabalho**, prazer sem consciência, conhecimento sem caráter, comércio sem moralidade, ciência sem humanidade e culto sem sacrifício.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

SANTOS, Soane Lopes. **Sustentabilidade Social em Assentamentos Rurais – Estudo de caso em Eunápolis-Bahia** – 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2016.

Amparados nas promessas e princípios constitucionais, muitos movimentos sociais, em especial os dos trabalhadores rurais, intensificaram a sua luta para que fossem reconhecidos os seus direitos, dentre eles o de uma vida digna, com trabalho, moradia, saúde e educação. Na cidade de Eunápolis, localizada no Extremo Sul da Bahia, estão regularizados cinco assentamentos. O objetivo da pesquisa foi identificar se há a promoção da sustentabilidade social nos assentamentos rurais de Eunápolis, analisar o perfil de cada assentamento, identificar a participação do Governo na promoção do desenvolvimento sustentável, diagnosticar se houve melhorias nas condições sociais humanas dos assentados, face às políticas públicas promovidas pelo Estado e detectar os possíveis entraves que possam ser superados para a promoção do desenvolvimento social rural sustentável daqueles assentamentos. A metodologia utilizada foi o estudo de caso respaldada na percepção do autor, investigação por meio de fotos e entrevistas realizadas com os líderes dos assentamentos e assentados. O resultado alcançado foi um conglomerado de informações importantes que definiu o perfil de cada comunidade, suas características e particularidades. Estas informações permitiram certificar que, embora embrionária, há nos assentamentos rurais de Eunápolis a sustentabilidade social. No entanto, será necessário se desprender dos métodos tradicionais que, em regra, são de baixa produtividade de resultados, e adotar o emprego de tecnologias modernas, para não se limitar apenas a produção de subsistência e adotar linhas de pesquisas voltadas para a adequação, promoção e desenvolvimento de tecnologias e vocações econômicas, as quais serão aplicadas em cada comunidade, em prol do seu desenvolvimento.

Palavras-Chave: Assentamentos; Sustentabilidade Social; Desenvolvimento.

ABSTRACT

SANTOS, Soane Lopes. **Social Sustainability in Rural Settlements - Case Study in Eunápolis, Bahia** - 2015. 130 leaves. Dissertation (Master in Social Management, Education and Regional Development) - Faculty Valley Cricaré, Matthew, 2016.

Supported the promises and constitutional principles, many social movements, especially those of rural workers have intensified their fight for their rights to be recognized, among them a decent life, with work, housing, health and education. In the city of Eunápolis, located in the extreme south of Bahia, they are regularized five settlements. The objective of the research was to identify whether there is the promotion of social sustainability in the rural settlements of Eunápolis, Bahia, analyze the profile of each settlement, identify the participation of the Government in promoting sustainable development, diagnose whether there were improvements in human social conditions of the settlers, to fiscal policies promoted by the state and detect possible obstacles that can be overcome to promote sustainable rural social development of those settlements. The methodology used was the case study supported the perception of the author, research through photos and interviews with the leaders of settlements and settlers. The achieved result was a conglomeration of important information which defined each community profile, their characteristics and peculiarities. This information allowed certify that, although embryonic, is in the rural settlements of Eunápolis social sustainability. However, you need to let go of traditional methods which, as a rule, are low productivity results, and adopt the use of modern technologies, to not be limited to subsistence production and adopt targeted research lines for the adjustment, promotion and development of technologies and economic vocations, which will be applied in each community, for the sake of development.

Key - words: Settlements; Social sustainability; Development.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Mapa identificando o estado da Bahia com a localização do município de Eunápolis na divisa entre o sul e extremo sul baiano.....56
- Figura 2: Imagem (sem escala) mostrando a localização do Assentamento Terra Bahia.....66
- Figura 3: Fotos identificando algumas características dos moradores, crianças e jovens (A) Adultos (B) e Idosos (C e D) da Associação Comunitária Terra Bahia.....67
- Figura 4: Detalhe da carga do cafeeiros (A) e da criação de galináceos (B).....68
- Figura 5: Detalhe de uma farinheira, mostrando trabalhadores, homens e mulheres, no processamento da mandioca, equipamento de descasque inicial das mandiocas (A) e atividade feminina na seleção e termino do descasque (B).....69
- Figura 6: Vista parcial de trecho de ruas do assentamento Associação Terra Bahia, mostrando casas com reboco e pintura (A) casas somente entijoladas (B) veículos de passeio e de carga (C e D) pertencentes a moradores.....71
- Figura 7: Fotos identificando algumas características de uma das residências típicas do assentamento Associação Terra Bahia: Quarto (Figura 7A); banheiro (Figura 7B); sala (Figura 7C e 7D); cozinha externa (Figura 7E e 7F).....72
- Figura 8: Vista parcial dos reservatórios abastecidos com a água do poço artesiano do assentamento Associação Terra Bahia.....73
- Figura 9: Vista frontal da Escola Municipal Renascer, localizada no assentamento Terra Bahia.....74
- Figura 10: Igreja Protestante Assembleia de Deus (A) e Igreja Católica ainda em construção (B).....75
- Figura 11: Imagem (S/ escala) da vista aérea do Assentamento Santa Maria com destaque para a sua localização próximo à BA 68376
- Figura 12: Plantação de abacaxi (A) e de mandioca (B) do Assentamento Santa Maria.....78
- Figura 13: Detalhe da criação de gado bovino (A) e da pastagem (B) para a produção e venda do leite.....79
- Figura 14: vista parcial das casas da Agrovila do Assentamento Santa Maria, mostrando casas com reboco parente e com pintura (A) e casa em fase de reforma e/ou ampliação (B).....79
- Figura 15: Fotos parcial da iluminação das ruas (A e B) e de um padrão das residências80

Figura 16: Vista dos dois reservatórios de água destinado ao abastecimento das residências da agrovila	81
Figura 17: Foto da Igreja Católica do Assentamento, mostrando em perspectiva a sua pequena dimensão física.....	82
Figura 18: Imagem (S/ escala) da vista aérea da agrovila do Assentamento Projeto Maravilha, com destaque para a sua localização próximo à BA 683.....	83
Figura19: Foto mostrando detalhes da lavoura de abacaxi, cultivada dentro do assentamento.....	84
Figura 20: Fotos da criação de gado bovino e suínos.....	85
Figura 21: Fotos do curral (A), resfriador de leite (B), pasto irrigado (C) e ordenha mecânica (D) de um dos lotes do assentamento Projeto Maravilha.....	86
Figura 22: Fotos de um dos lotes do assentamento Projeto Maravilha beirando ao abandono.....	87
Figura 23: Fotos mostrando alguns detalhes da agrovila: casas (A), TV por parabólica (B), as ruas em chão batido (C), ônibus escolar (D) e comércio local (C).	89
Figura 24: Foto castelo d'água do poço artesiano da agrovila do Assentamento Projeto Maravilha.....	90
Figura 25: Fotos da Igreja Adventista do Sétimo Dia (A) e da Igreja Católica (B).....	90
Figura 26: Posto de Saúde do Assentamento Projeto Maravilha mostrando a movimentação de pessoas à procura de atendimento médico.....	91
Figura 27: Fotos de algumas partes internas e externas da Escola Municipal Gilberto Pereira Abade: Placa da fundação da escola (A) vista da fachada (B) d pátio externo (C) e da biblioteca (D).....	92
Figura 28: Fotos da parte externa das Escolas Municipais Nelsio Maria (A) Santos e Unida-Maravilha (B).....	93
Figura 29: Fotos dos ônibus escolares na zona rural do assentamento Projeto Maravilha, utilizados para transportar os estudantes.....	93
Figura 30: Foto do Posto Policial do assentamento Projeto Maravilha fechado há mais de três anos.....	94
Figura 31: Foto identificando a quadra esportiva do assentamento Projeto Maravilha	95
Figura 32: Imagem (sem escala) de satélite identificando a agrovila do assentamento da Associação Agroindustrial Produzir.....	96

Figura 33: Fotos com alguns detalhes das casas da agrovila do assentamento Produzir detalhe das casas de alvenaria (A); plantas ornamentais (B).....	97
Figura 34: Foto do cultivo de plantas ornamentais realizado no assentamento Produzir e moto.....	98
Figura 35: Foto mostrando a área central da agrovila do assentamento Produzir ...	99
Figura 36: Identificando a existência de energia elétrica e o reservatório de água para abastecimento da agrovila.....	99
Figura 37: : Fotos apresentando uma criação de galináceos (A) e uma pequena horta nos fundos das casas (B).....	100
Figura 38: Fotos da Escola Municipal Produzir, mostrando o estado de conservação e noções de sua dimensão (A); cantina e sala da direção (B).....	101
Figura 39: Fotos de alguns assentados da agrovila do Assentamento Produzir reunidos, no final da tarde, nas portas de suas casas.....	102

LISTA DE SIGLAS

CNUMAD -	Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
DRS -	Desenvolvimento Rural Sustentável
FETAEG -	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
IBRA -	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR -	Imposto Territorial Rural
MDS -	Ministério do Desenvolvimento Social
MLT -	Movimento da Luta pela Terra
MST -	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
P'As -	Projeto de Assentamento
PDA -	Plano de Desenvolvimento do Assentado
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF -	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RDH -	Relatório de Desenvolvimento Humano
SEMMA -	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SENAR -	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TDA -	Título da Dívida Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 ANTECEDENTES LEGAIS	22
2.1.1 A Relevância do Direito de Propriedade no Contexto Social Brasileiro.....	22
2.1.2 A Função Social da Propriedade como Princípio Fundamental	25
2.1.3 A Desapropriação por Interesse Social.....	30
2.2 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: UMA REALIDADE CONSTATADA	34
2.2.1 Sustentabilidade Rural.....	37
2.3 A DESIGUALDADE SOCIAL E A INCLUSÃO NO MEIO RURAL	41
2.4 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS	47
2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS APLICÁVEIS AOS ASSENTAMENTOS.....	53
3 METODOLOGIA	56
3.1 A IDENTIFICAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO	56
3.2 ABORDAGEM QUALITATIVA.....	59
3.3 A SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES PARA A ENTREVISTA	62
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
4.1 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TERRA BAHIA.....	65
4.2 ASSENTAMENTO SANTA MARIA	75
4.3 ASSENTAMENTO PROJETO MARAVILHA	82
4.4 ASSOCIAÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS - PRODUZIR	95
4.5 ANÁLISE DOS PONTOS CONVERGENTES E DIVERGENTES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE EUNÁPOLIS-BAHIA	102
4.6 A SUSTENTABILIDADE SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE EUNÁPOLIS-BAHIA.....	107
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
6 REFERÊNCIAS	120
APÊNDICE	124
APÊNDICE A - Questionário de Pesquisa para Dissertação de Mestrado.....	125

1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social marcou a história do Brasil, desde a sua formação. Vários movimentos sociais eclodiram em todo território nacional, em épocas e por razões diferentes. A luta por dignidade e justiça é o lema de muitos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Luta pela Terra (MLT) o Camponesa, entre outros. No campo, a luta por uma vida digna reflete-se na própria existência do ser humano, tanto do excluído que procura amparo nos ideais de cidadania, quanto nos dos pequenos produtores quando recorrem ao governo em busca de melhores incentivos financeiros para a lavoura, ou até mesmo, dos grandes proprietários de áreas produtivas que se sentem ameaçados pela pobreza e pela violência.

No Brasil sempre existiu movimento no campo: movimento dos indígenas na época do Brasil colônia; dos escravos, quando estes estavam ainda sob a égide da chibata; dos cangaceiros no nordeste; dos imigrantes que lutavam pelo seu pedaço de chão; dos resistentes que formavam a Liga Camponesa, enfim, o campo, fora a imagem passada nos romances de José de Alencar, não tinha nada de bucólico ou pacífico.

No entanto, foi no auge do governo militar que começou o renascimento dos movimentos sociais rurais, com o objetivo político de realizar uma ampla reforma agrária no país. O governo militar promulgou o Estatuto da Terra, mais precisamente, em 30 de novembro de 1964. Tratava-se de um conjunto de disposições que regularizava a definia as atividades do campo, delimitava poderes e promovia a ideia da reforma agrária, que seria uma reforma nas políticas e atitudes voltadas para o campo. Nessa mesma época, em 1964, foi criado o IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, que mais tarde passou a se chamar INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e são dados os primeiros passos no sentido de se constituir um cadastro nacional de terras, feito alcançado somente na década de 1970.

A história nos conta que por mais que o Governo brasileiro, em muitas de suas manifestações, tenha demonstrado que tinha a pretensão de desenvolver o

campo, realizando a tão almejada reforma agrária, desenvolvendo colônias e cadastrando pessoas, frustraram-se os seus objetivos diante da grande expectativa que movia.

Ficou clara a existência de propostas para adequar e incentivar o desenvolvimento na zona rural, por compreender ser esta a mola que impulsionará o desenvolvimento da nação. A visão do Brasil como um país de grande base territorial e com muitos recursos naturais, além de um contingente significativo de trabalhadores, gerou a sensação intrínseca de que, realmente, somos mesmo o celeiro do mundo. No entanto, um celeiro desorganizado, sem projetos e cheio de conflitos.

Por compreender ser o campo o parâmetro de toda mudança, muitos movimentos se organizaram para reivindicar direitos garantidos pela Constituição Federal, como o direito a uma vida digna, com saúde, moradia e educação. Direitos necessários para formarem cidadãos conscientes e dispostos a desenvolver o país em que vive. O MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra é um grande expoente que representa toda a massa rural a qual, empobrecida e sem perspectiva de futuro, vê no movimento uma oportunidade de ganharem um pedaço de chão e dali retirarem o seu sustento e o de sua família.

Pressionado pelas circunstâncias, o governo começou a desapropriar terras improdutivas para fins de reforma agrária e distribuí-las entre trabalhadores rurais previamente cadastrados pelo INCRA. Muitos assentamentos surgiram e muitas famílias foram agraciadas com o seu pedaço de chão para plantar, colher e desenvolver a economia, pela agricultura, na região na qual se localizava.

Eunápolis, uma pequena cidade do sul da Bahia, foi palco de algumas ocupações de terras que, posteriormente, foram desapropriadas e designadas a famílias de trabalhadores rurais sem terra. O município conta com cinco assentamentos regularizados, além de vários acampamentos aguardando formalização.

A agricultura desenvolvida nos assentamentos de Eunápolis é uma agricultura familiar, com plantações diversas e criações, em especial, do gado bovino. Para desenvolver a terra fazem-se necessários recursos, os quais muitas vezes são oferecidos pelo governo. Os assentados, já em posse de suas terras, desenvolvem a agricultura com a finalidade de subsistência e venda dos seus produtos. Manuseiam a terra com a perspectiva de trabalharem com dignidade, dando um novo rumo à sua história de vida.

A ordem mundial é que todo desenvolvimento seja respaldado na sustentabilidade. Se os assentamentos, de modo geral, foram constituídos visando o desenvolvimento de um povo, de uma região, necessariamente esse desenvolvimento deverá ser com sustentabilidade, sendo esta nos setores econômico, ambiental e social.

Na presente pesquisa busca-se necessariamente identificar nos assentamentos de Eunápolis a sustentabilidade social, sendo esta uma adequação aos direitos e garantias previstas na nossa Carta da República, ou seja, tendo como princípio a dignidade da pessoa humana, os assentamentos de Eunápolis devem promover o desenvolvimento humano de seus assentados, garantindo-lhes moradia, saneamento básico, saúde, educação, lazer, que nada mais é do que promover uma vida digna para seus assentados.

O bem estar de uma comunidade constata-se, naturalmente, quando superadas as necessidades básicas como um todo, e para tal, num país democrático, essas são consequências de ações empreendidas. Assim, tendo as famílias já adquirido os seus lotes através do Estado e, conseqüentemente, a moradia e a infraestrutura básica, resta agora, desenvolver e investir em meio de produção, em projetos plurivocacionais, que estimulem a diversificação da produção, utilizando-se da topografia, do tipo de solo, do sistema hídrico, existente em cada assentamento em prol do seu progresso.

A pesquisa, no seu referencial teórico apresenta toda a evolução do Direito da Propriedade e, principalmente, as garantias do Estado para a sua segurança e desenvolvimento. Adentra-se nos assuntos referentes à reforma agrária, nas

políticas públicas voltadas para os assentamentos, nas garantias e direitos resguardados pelo nosso ordenamento jurídico, da sustentabilidade e suas vertentes.

Em seguida, há uma apresentação da área de atuação para o desenvolvimento da pesquisa. Identifica-se cada assentamento, individualizando e retratando-o quanto à sua constituição e desenvolvimento, as conclusões, discussões e resultados. Uma caminhada perene em busca de compreensão e respostas, um mergulho na vida, nas perspectivas e sonhos de uma camada da população que busca uma identidade, o reconhecimento e a sua inclusão enquanto cidadãos brasileiros.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Contribuir para um olhar diferenciado à cerca da efetividade das medidas, projetos e ações público-privadas nos assentamentos rurais para a promoção da sustentabilidade social.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar o perfil de cada assentamento;
- Identificar a participação do Governo na promoção do desenvolvimento sustentável nos assentamentos;
- Diagnosticar se houve melhorias nas condições sociais humanas dos assentados do Município de Eunápolis-Bahia face às políticas públicas promovidas pelo Estado.
- Detectar os possíveis entraves que possam ser superados para a promoção do desenvolvimento social rural sustentável daqueles assentamentos;
- Identificar se há nos assentamentos rurais de Eunápolis a promoção do Desenvolvimento Sustentável, em especial, a sustentabilidade social.

1.3 JUSTIFICATIVA

A história do Brasil foi marcada pela presença de grandes latifúndios e do poder dado aos seus proprietários tanto na esfera social quanto política. Desde a Colonização e a distribuição de terras em Capitânicas Hereditárias, pelo governo Português, grandes glebas de terra concentravam-se nas mãos de poucos proprietários. Era muita terra nas mãos de poucas pessoas. Poucos tinham muita terra e muitos não tinham nada.

Essa realidade acompanha o Brasil até a atualidade. A promessa de se fazer uma reforma nas regras e promover uma distribuição justa de terras sempre foram slogan de campanhas dos governos ditos populares, mas esquecidos durante a sua gestão. São temas nevrálgicos, que inquietam aqueles os quais detêm o poder pela grande concentração de terras.

Os anos se passaram e do campo ascenderam-se os holofotes do desenvolvimento. Ficou cristalina para os governos a percepção da importância do campo para o crescimento do país. Em contrapartida, veio à inquietação gerada pela má distribuição de terras e pelo crescente número de pessoas que se encontram às margens das rodovias, acampadas, exigindo do governo providências quanto à sua situação de extrema pobreza.

Tentando remediar um mal instalado há séculos, o governo brasileiro vem promovendo, mui timidamente, desapropriações de terras improdutivas e, conseqüentemente, distribuindo-as entre famílias já cadastradas pelo INCRA, aptas a receberem os seus lotes, nos quais devem ser trabalhados pela unidade familiar.

Muitos assentamentos rurais foram organizados e reconhecidos no Brasil. Muitas famílias saíram da margem da miserabilidade e começaram a desenvolver a sua própria plantação e /ou criação, além de alcançarem a dignidade tão almejada, assegurada na Constituição da República e tão prometida pelos Governos.

O perfil do integrante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é o de um indivíduo que desde a infância ou a juventude conhece a carência material, a insegurança e a servidão. São pessoas que não tiveram oportunidades de trabalho,

criaram no ofício da lavoura ou criação, não frequentaram a escola e padecem com a pobreza e com o descaso das autoridades.

Nas últimas duas décadas, a organização dos trabalhadores assentados, principalmente por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAEG) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), têm obtido importantes resultados. Várias famílias já estão produzindo. Cada assentamento é uma realidade diferenciada. Há assentamentos com maiores possibilidades produtivas e comerciais, com mais assistência técnica, mais organização do trabalho do que outros. Mas, de uma maneira geral, todos eles deparam-se com dificuldades.

Segundo informações do INCRA (2015), atualmente, no Brasil, já são 969.583 famílias assentadas, em 9.288 assentamentos regularizados e atuantes, numa área de 88.270.046,03 ha. O município de Eunápolis-Bahia conta com cinco destes assentamentos já regularizados pelo INCRA.

A base deste estudo é a realidade produtiva dos agricultores familiares eunapolitanos, em situação de assentamento rural, compreendendo os princípios norteadores da sua prática produtiva, especialmente numa perspectiva de sustentabilidade. A pesquisa respalda-se na percepção do desenvolvimento sustentável nos assentamentos de Eunápolis, no que tange à sua evolução social. O estudo realiza-se na observância dos valores e princípios absorvidos pelas comunidades e como eles estão sendo colocados em prática e se já há um resultado perceptível.

Fez-se necessário conhecer a realidade vivenciada pelos assentados do município de Eunápolis, analisando as práticas de cultivo e comercialização dos seus produtos e o quanto de suas práticas envolvem a sustentabilidade como princípio de atuação, observando, ainda, se essa forma de ação trouxe ganhos no aspecto social, se houve melhora na qualidade de vida, na educação, na saúde daqueles que ali se encontram.

É compreensível a importância do campo para o equilíbrio tanto ambiental quanto social. Os assentados são protagonistas de uma batalha que nos acompanha há séculos, a da exclusão social. A miséria, a fome, a forma precária de moradia e saúde são realidades de um povo movido, na maioria das vezes, por ideais e sonhos comuns.

A nova concepção de desenvolvimento sustentável dá uma ênfase na melhoria da qualidade de vida, no consumo real per capita, na diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade, na elevação das condições de saúde, educação, moradia, etc. Todas essas melhorias são essenciais para a promoção da dignidade da pessoa humana, que é o fundamento principal previsto na nossa Constituição da República, no seu art. 1º, III.

Os assentamentos necessitam de apoio para executarem os projetos traçados, para promoverem o desenvolvimento e cumprirem com o papel para o qual foi formado. Esse apoio vem de diferentes fontes, tanto da esfera governamental - união, estados e municípios, quanto das sociedades civis constituídas. Os assentamentos foram regularizados através de lei Federal. Os incentivos financeiros são de origem estatal. No entanto, necessário se faz saber se a aplicação destes recursos está favorecendo o desenvolvimento sustentável no âmbito social.

De outra monta, faz-se necessário compreender se a existência desses assentamentos trouxe melhorias para a região na qual se localizam e conseqüentemente, para o município no qual é sediado, neste caso, o município de Eunápolis-Bahia.

Os assentamentos, já regularizados, têm a função de promover o desenvolvimento com sustentabilidade. No entanto, diante das adversidades naturais, estruturais ou governamentais, alguns assentamentos não conseguem alcançar o desenvolvimento esperado. Quando assim acontece, muitos produtores alienam as suas propriedades e vão embora, deixando para trás um rastro de revolta, decepção e inconformismo.

As pessoas que trabalham a terra necessitam resgatar a sua dignidade, precisam participar do contexto social não mais como meros expectadores, mas como atores fundamentais de um processo que terá como consequência a promoção de uma vida digna e justa, de um meio ambiente sadio e equilibrado, além de um desenvolvimento econômico para a região na qual se localizam.

Igual importância se dá ao estudo quanto à percepção da promoção da Sustentabilidade Social nestes assentamentos. Com a pesquisa houve a possibilidade de se identificar a sustentabilidade nos seus três eixos: tanto no que se refere ao desenvolvimento econômico, quanto o ecológico e, principalmente, o social.

A presente pesquisa apresenta-se com a sua introdução, na qual são apresentados os objetivos, geral e específicos, e a sua justificativa, momento em que são abordados os interesses e perspectivas no intuito de se construir uma visão dos reais interesses do autor para no desenvolvimento da pesquisa.

No Referencial Teórico, que é o segundo momento, aborda-se os antecedentes legais, por compreender que a compreensão dos direitos reivindicados e assistidos pelo Estado, como o Direito de Propriedade, Reforma Agrária, dentre outros, são imprescindíveis para a percepção de que somos um Estado de Direito e que os atos governamentais para serem realizados, precisam de uma lei que anteriormente os defina.

Na Metodologia, terceiro momento, apresentou-se a forma de desenvolvimento da pesquisa, com o estudo e identificação de cada assentamento, além de se apresentar a escolha dos participantes da entrevista. Este momento é crucial para a compreensão de como o trabalho foi desenvolvido.

No quarto momento, foram apresentados os resultados e discussões sobre a pesquisa. Foi desenvolvida uma análise profunda de cada um dos assentamentos do município de Eunápolis, dos seus pontos convergentes e divergentes, além da abordagem sobre a sustentabilidade social desses assentamentos.

Por fim, apresenta-se as considerações finais, as referências e o apêndice com o questionário desenvolvido.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Tratar o assunto de forma sistêmica e direcionar o conteúdo relacionado à pesquisa é fundamental para a compreensão do tema proposto. Assim, foi construída uma cadeia de informações, seguindo uma sequência lógica para a melhor compreensão do assunto abordado.

2.1 ANTECEDENTES LEGAIS

O Brasil é um Estado de Direito e como tal, todos os acontecimentos humanos que trazem consequências jurídicas, no sentido de constituir, modificar ou extinguir direitos precisam ser respaldados na lei. Para entendermos o tema pesquisado, mister se faz a compreensão dos direitos inerentes à propriedade, dos direitos fundamentais garantidos na nossa Constituição da República, e, principalmente, da origem da nossa realidade fundiária.

Os movimentos sociais retratam a insatisfação de pessoas que, vivendo à margem da sociedade, compreendem a urgência de se fazer cumprir a letra fria das leis, na execução de seus direitos.

2.1.1 A Relevância do Direito de Propriedade no Contexto Social Brasileiro

É pacífico o entendimento de que o conceito de propriedade, ou do direito a propriedade passou por várias evoluções e todas essas decorrem da própria adequação da propriedade, que sofreu, ao longo da História, a influência das diferentes maneiras em que se explorava a terra, ou seja, a propriedade rural.

Durante muito tempo, entendeu-se como verdade que a propriedade imóvel existia para satisfazer o seu proprietário na sua totalidade. Tal entendimento, assim estabelecido, tinha como pressuposto originário a sustentação filosófica e política de que ela se inseria no direito natural do homem e, dessa forma, apenas nele se exauria. É o que se chama de Função Individual ou Privada da propriedade imóvel.

Segundo a visão de Laranjeira (2006, p.35):

Na antiguidade clássica, a propriedade apresentou-se como um direito absoluto que atribuía a seu titular o poder de usar, gozar e abusar da coisa. Um direito exercido sem a mínima limitação – uma vez que se apresentava como um exclusivo, absoluto e perpétuo exercício sobre os bens.

Em função desse sentimento de liberdade total emanado da propriedade, muitos proprietários se arvoravam de legitimidade para defenderem, com suas próprias forças e despesas, o seu patrimônio ali representado.

Esse sentimento de autotutela prevaleceu por muitos anos como verdade absoluta. Com as novas mudanças advindas das revoluções sociais ocorridas no mundo no que tange ao direito de propriedade, em especial a revolução francesa, essa liberdade absoluta passou a ser mitigada por uma força maior e mais poderosa: o da função social da propriedade.

Atualmente, a compreensão de que o direito de propriedade, outrora absoluto e incondicional, tenha sofrido uma mudança quanto à sua execução, hoje já não mais tão absoluto e já não mais tão incondicional como antes, pelas novas diretrizes colocadas pelo Estado, quando determina que a propriedade necessariamente precisa cumprir com a sua função social, é um fato já aceito por todos. Mesmo assim, a ideia de ser proprietário ainda subtende-se de que desse domínio haverá o uso, o gozo e o direito desse proprietário de reaver o seu bem das mãos de quem injustamente o possui. É o que determina o artigo 1.228 do Código Civil de 2002 quando diz: Art. 1.228. “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.

Os juristas brasileiros já definiram os seus conceitos quanto à propriedade, como é o caso de Pereira (2005, p. 70) quando assim se posicionou:

Direito real por excelência, direito subjetivo padrão, ou direito fundamental, a propriedade mais se sente do que se define, à luz dos critérios informativos da civilização romano-cristã. A ideia de ‘meu e teu’, a noção de assenhoreamento de bens corpóreos e incorpóreos independe do grau de conhecimento ou do desenvolvimento intelectual. Não é apenas o homem do direito ou o bussiness-man que percebe. Os menos cultivados, os

espíritos mais rudes, e até crianças têm dela a noção inata, defendem a relação jurídica dominial, resistem ao desapossamento, combatem o ladrão. Todos 'sentem' o fenômeno propriedade.

Nesse contexto e dada a pluralidade de noções que permeiam a doutrina, Diniz (2004, p. 115) sintetiza a concepção clássica da propriedade, que consiste assim, no entendimento de que este é o direito que a pessoa física ou jurídica tem, dentro dos limites normativos, de usar, gozar e dispor de um bem, corpóreo ou incorpóreo, bem como de reivindicá-lo de quem injustamente o detenha.

Dessa noção de direito de propriedade, é possível também, destacar os seus elementos constitutivos, que são:

a) o direito de usar (*ius utendi*) – compreende a faculdade de exigir da coisa todos os serviços que ela pode prestar, sem alterar-lhe a substância; b) o direito de gozar (*ius fruendi*) – consiste na faculdade de fazer frutificar a coisa e auferir-lhe os produtos; c) o direito de dispor (*ius abutendi*) – decorre da faculdade de poder consumir a coisa, de aliená-la, de gravá-la de ônus e de submetê-la ao serviço de outrem; e d) o direito de reaver a coisa (*rei vindicatio*) – consiste na faculdade de buscar e reaver a coisa de quem quer que injustamente a detenha ou possua, decorrência do direito de seqüela (MONTEIRO, 2012, p. 91).

Costuma-se, de outra banda, apontar como “características do direito de propriedade o seu caráter absoluto, a exclusividade, a perpetuidade (ou irrevogabilidade) e a elasticidade” (DINIZ, 2004, p. 117).

Por absoluto entende-se a sua oponibilidade *erga omnes*, ou seja, a “faculdade que o titular do direito real tem de exercer o seu direito em face de quem quer que seja e, em contrapartida, impondo a todas as pessoas, indistintamente consideradas, o dever de respeitar o seu exercício” (MOREIRA, 1997, p. 44).

A Exclusividade, prevista no art. 1231 do CC/2002, reflete a noção de que a mesma coisa não pode pertencer com exclusividade e simultaneamente a duas ou mais pessoas, pois o direito de um exclui o do outro.

Já por Perpetuidade se entende que uma vez adquirida, a propriedade em regra não pode ser perdida senão pela vontade do proprietário. Finalmente, por Elasticidade compreende-se a possibilidade de ampliação ou restrição no exercício do direito de propriedade, conforme lhe adicionem ou subtraíam poderes imprescindíveis à sua execução (DINIZ, 2004, p. 118).

Compreendendo-se, então, ser a propriedade um direito fundamental, essencial ao homem, e na sua formação um direito absoluto, exclusivo e perpétuo e tendo todas essas garantias amparadas pelo direito, seguro, então, deveria estar o titular desse direito diante de todas essas garantias previstas na legislação vigente.

O Código Civil de 2002 trouxe no seu texto alguns princípios que norteiam os institutos juridicamente constituídos. No acervo dedicado à propriedade alguns princípios se destacaram, dentre eles, o Princípio da Função Social da Propriedade.

Entende-se a Função Social da Propriedade como um princípio utilizado pelo Estado para socializar a propriedade, ou seja, uma forma encontrada de fazer com que o proprietário de um bem imóvel entendesse que a sua autonomia absoluta não poderia prejudicar ou impossibilitar o desenvolvimento social. Que a propriedade mesmo sendo dele, deveria atingir todos os preceitos de desenvolvimento econômico e social, respeitando a dignidade humana e a natureza.

Partindo-se do entendimento de que a propriedade dava ao seu proprietário o poder absoluto de usar, gozar e reivindicá-la das mãos de quem injustamente a possuía, se percebe que a função social da propriedade veio como forma de controlar tais direitos no sentido de fazê-los útil e social. Sai-se da visão individual e parte-se para o coletivo. Houve o entendimento de que a vontade absoluta precisava de “freios” para ser verdadeiramente útil.

2.1.2 A Função Social da Propriedade como Princípio Fundamental

No Brasil, o princípio da função social da propriedade começou a ser vislumbrado na Constituição de 1934. A partir daí se manteve presente em todas as demais Constituições que lhe seguiram. No entanto, convém observar que, até a Emenda Constitucional ou Constituição de 1969, a função social da propriedade foi apresentada apenas como princípio maior, sem que ao menos lhe detalhassem o limite e a abrangência, deixando essa tarefa para o Estatuto da Terra, uma lei ordinária, que no seu art. 2º, §1º reza:

A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando simultaneamente: Favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; Mantém níveis satisfatórios de produtividade; Assegura a conservação dos recursos naturais; Observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

O Estatuto da Terra, como legislação instituída pelo regime militar, veio atender aos anseios de uma nova estrutura política elevada ao poder pela via anormal das armas, e que tinha como uma de suas justificativas a perspectiva anunciada pelo governo anterior de tornar a terra comum.

A necessidade de se dar à terra uma nova regulamentação, modificando a estrutura agrária do Brasil, era evidente em face da crise social pela qual passava o país, onde legiões de assalariados, parceiros, arrendatários, ocupantes e posseiros que não vislumbravam, nas condições em que se encontrava o país, em especial no meio rural, qualquer perspectiva de se tornarem proprietários da terra que cultivavam. Tal realidade clamava por uma reforma nas estruturas agrárias e sociais.

Assim, ficou entendido que a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando simultaneamente favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias, além de observar as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam, o que significa dizer que não mais será permitido abusos e exploração da mão de obra humana, que as regras estabelecidas pela Legislação Trabalhista do país deverá ser atendida, resguardando a todos, inclusive aos proprietários, a sua dignidade como pessoa humana e como cidadão. (Estatuto da Terra, 2º, §1º).

Outro elemento bastante importante e que caracteriza a função social da propriedade, segundo o Estatuto da Terra, é a necessidade de a propriedade manter os níveis satisfatórios de produtividade, ou seja, a terra deve atender ao seu fim, deve produzir, deve movimentar a economia do país, o que significa gerar renda, pagar impostos, manter-se ativa economicamente.

Primordial para a compreensão da função social como um bem da coletividade foi a inclusão da necessidade de se assegurar a conservação dos recursos naturais, o que se entende como a necessidade de se preservar o meio ambiente. Há de se observar que foi o Estatuto da Terra o primeiro instrumento jurídico que buscou proteger os recursos naturais, ao inserir sua conservação como elemento inerente a função da propriedade e, por via de consequência, como dever do proprietário.

Como leciona Derani,

A propriedade protegida pelo direito é aquela que se desenvolve uma relação sustentável, social e ambientalmente.”

O Direito de Propriedade sobre os bens ambientais tem um conteúdo de fruição individual e social, posto que é uma apropriação de determinada parcela do território de uma nação.

O indivíduo, quando se apropria de parcela do patrimônio de um país, que é o seu território e suas riquezas naturais assume uma responsabilidade perante toda a sociedade brasileira.

A apropriação de bens naturais invoca a função social da propriedade sob um duplo aspecto: apropriação de bens coletivos (água) e apropriação de bem de uso comum do povo (florestas privadas e demais parcelas construtoras do meio ambiente ecologicamente equilibrado).

Quando tratamos da apropriação de recursos naturais, do ponto de vista da apropriação privada de bens coletivos, existe uma condição que se incorpora ao domínio, qual seja, a de responder individualmente pela construção do bem-estar social, sem o que a apropriação privada se torna usurpação, e o direito sobre a coisa não encontra abrigo no mundo jurídico. (...)

Bens coletivos apropriados individualmente devem vincular-se a uma ética de responsabilidade solidária, segundo a qual o exercício de direitos privados deve frutificar em bem-estar social. Essa ética é mandamento jurídico explicitado no art. 225 da Constituição Federal (...) (DERANI, 2002, p. 58).

Como Princípio de Direito, a função social da propriedade, aqui no Brasil, foi instituído com maior vigor na Carta da República de 1988, no art. 5º, inciso XXIII, quando trata dos direitos e deveres individuais e coletivos.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Ressalta-se que a Constituição de 1988 inova em termos constitucionais quando estende o princípio da função social aos imóveis urbanos no artigo 182º § 2º, ao estabelecer que a propriedade urbana cumprirá sua função social quando atender

às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no plano diretor, além de diretamente conceituar sua amplitude para os imóveis rurais.

Prescreve o art. 186 da Constituição da República de 1988:

Art. 186 - A função social é cumprida quando a propriedade atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

É perfeitamente visível a semelhança do art. 186 da CF/1988 com o art. 2º do Estatuto da Terra. Na verdade, houve uma adequação de conceitos para melhor atender a demanda atual, o que a caracteriza como louvável visto o dinamismo social, suas mudanças e exigências. A necessidade de se atender os preceitos da lei tem uma única finalidade que é alcançar o bem social, a saciedade de interesses na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

No entanto, embora a função social da propriedade seja, hoje, no país, mandamento constitucional, o que ainda se observa é uma perseverante manutenção de seu conceito individual, privado, numa intrigante falta de sintonia entre o direito positivado, a regra posta e a realidade social quanto à sua aplicação, mesmo por aqueles que operam a ciência jurídica e sedimentam opiniões através da Doutrina e da jurisprudência, “como se o conceito do Código Civil, uma lei menor, ainda vigorasse, e não tivesse sofrido redimensionamento conceitual pela Carta Constitucional vigente”. (BARROS, 2009, p. 42).

Urge esclarecer que o Código Civil de 1916, o primeiro Código Civil brasileiro, lei que trata dos interesses privados como a propriedade, a família e a autonomia da vontade, tem uma visão extremamente privatista da propriedade. Nele vislumbra-se o direito de propriedade como um direito absoluto, pleno e inabalável. Via-se a propriedade como um bem que atende aos anseios de seu dono, como ele quer e determina. No entanto, com o advento da Constituição de 1988 e com todas as suas mudanças no que se refere ao Direito de Propriedade, necessário se fez alterar, também, a regra maior que comandava os interesses privados. Foi com essa nova

roupagem que o Novo Código Civil chegou à nação brasileira. Totalmente constitucionalizado, trouxe em seu corpo o entendimento de que a propriedade precisa atender a sua função social, conforme preceitua a Carta Magna.

Assim é o entendimento do Novo Código Civil Brasileiro 2002, quanto ao direito de propriedade:

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas.

§ 2º São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem.

§ 3º O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente.

§ 4º O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.

§ 5º No caso do parágrafo antecedente, o juiz fixará a justa indenização devida ao proprietário; pago o preço, valerá a sentença como título para o registro do imóvel em nome dos possuidores.

Revestido com as regras sociais, o Código Civil de 2002, popularmente conhecido como Novo Código Civil, flexibilizou o sentido do “meu” isoladamente, partilhando o entendimento de que o “meu” prevalece ainda, no entanto, inserido numa nova conjuntura, na qual prevalecerá sempre o “nosso”.

Diante da importância que se tornou o Princípio da Função Social da Propriedade e já que esta é uma exigência elementar a que todo o imóvel, urbano ou rural, no País, deve se submeter, quem descumprir os seus preceitos sujeita-se a punições drásticas, já que todo proprietário de bens imóveis, para que se diga titular do direito de propriedade, tem, antes, de atender os dispositivos constitucionais, uma vez que a condição de satisfação social que acompanha o bem se traduz em obrigação superior para quem lhe é titular.

2.1.3 A Desapropriação por Interesse Social

Tratando-se especificamente de imóvel rural, tem, portanto, o proprietário a obrigação de aproveitar sua terra racional e adequadamente, utilizando-a, contudo, de forma a preservar o meio ambiente e os recursos naturais nela existentes, com observância das leis que regulam as relações de trabalho e uma exploração que favoreça o seu bem-estar e os dos trabalhadores que nela exerçam atividade laborativa.

Obviamente que, ao estabelecer condições para que se entenda o imóvel rural cumprindo com a sua função social, o legislador previu, também, sanções para o caso de seu descumprimento. E a maior penalidade imposta é a desapropriação por interesse social, com a finalidade exclusiva de reforma agrária, conforme dispõe o art. 184 da CF/88.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

Por não atender a função social, o proprietário sofre intervenção da União que, respeitando o princípio do devido processo legal, da indenização prévia e justa, retira-lhe a propriedade. Este é um tipo de desapropriação específica – para a reforma agrária. Assim, a “terra é tomada do proprietário pela desapropriação, por interesse social, e, no momento seguinte, redistribuída em parcelas menores para certos beneficiários catalogados em lei, os vulgarmente chamados de sem-terra” (BARROS, 2009, p. 43).

Não achando suficiente a possibilidade de a União poder desapropriar o imóvel rural que não poder cumprir a sua função social, o legislador ainda previu o

endurecimento na forma de indenização ao proprietário. Ao invés de indenização em dinheiro, como expressamente prevê para as desapropriações por necessidade ou utilidade pública, para esse tipo especial de desapropriação, estabelece a indenização pela terra nua em Títulos da Dívida Agrária, os TDAs, com prazo de carência de dois anos e, dependendo do tamanho do imóvel, parcelados em até 20 anos. Apenas prevendo para as benfeitorias úteis e necessárias o pagamento da indenização em dinheiro (BARROS, 2009).

Inconteste é a posição do legislador ao determinar que a propriedade rural só mereça respeito como direito individual, desde que preencha os requisitos previstos para a função social. Caso contrário, amargará com a desapropriação e com a indenização respectiva em Títulos da Dívida Agrária, parcelados em 20 anos.

No capítulo destinado à política agrícola e fundiária e à reforma agrária, assim dispôs o art. 185 da Constituição da República de 1988: “São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I – a pequena e a média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; II – a propriedade produtiva”.

Para compreender a dimensão e o alcance da norma, necessário se faz ter o entendimento do que seja uma pequena propriedade rural. Para maior compreensão, o documento constitucional de 1988 assim estabelece no seu art. 5º, inciso XXVI, que:

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento.

Observa-se que a nossa Carta Magna não define o que seja propriedade rural, ao contrário, relega a sua conceituação para a legislação ordinária, seja quando lhe assegura a impenhorabilidade, seja quando lhe garante que não será objeto da desapropriação agrária.

Para regulamentar os dispositivos constitucionais referentes à Reforma Agrária, inclusive o disposto no art.185, foi editada a Lei 8629/93, que de forma expressa dá o conceito do que a pequena propriedade rural “**é aquela compreendida entre um (1) e quatro (4) módulos fiscais e a**

média propriedade rural é aquela propriedade que possui de 4 (quatro) a 15 (quinze) módulos”. (SCIORILLI, 2007, p. 78, grifo do autor).

O módulo fiscal, criado para servir de base para o cálculo do ITR, é definido pelo INCRA, na forma do art. 4º do Decreto n. 84.685, de 06.05.1980.

O módulo fiscal de cada município, expresso em hectares, será fixado pelo INCRA, através de Instrução Especial, levando-se em conta os seguintes fatores:

- a – o tipo de exploração predominante no município; I – hortifrutigranjeira; II – cultura permanente; III – cultura temporária; IV – pecuária; V – florestal;
- b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;
- c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;
- d) o conceito de "propriedade familiar", constante do art. 4º, item II, da lei 4504, de 30 de novembro de 1964.

Desta forma, o tamanho do módulo fiscal poderá variar de município para município, segundo a regulamentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Caberá ao aplicador da lei, por conseguinte, em cada situação concreta, buscar nas instruções especiais do INCRA as dimensões do módulo fiscal. Cabe salientar que a lei é enfática ao mencionar que a propriedade rural deve ser mensurada em módulos fiscais e não-rurais.

De fato, diversamente do módulo fiscal, o módulo rural é referido no art. 4º, incisos II e III, do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504/1964) e corresponde à noção de propriedade familiar, ou seja, é o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

O módulo rural, portanto, consiste na menor parcela de fracionamento do solo rural, cuja dimensão deve ter em conta as peculiaridades econômicas e ecológicas de cada região do país, cabendo ao INCRA a fixação de sua área para cada município brasileiro (art. 5º da Lei n. 4.504/1964), razão por que as dimensões do módulo rural e do módulo fiscal podem não coincidir. Daí, pois, a relevância de se frisar que a lei adotou, para a definição de pequena (e média) propriedade rural, a quantidade de módulos fiscais e não-rurais.

Valendo-se de que a pequena propriedade rural é aquela compreendida entre um e quatro módulos fiscais e a média propriedade rural como aquela compreendida entre quatro a quinze módulos, vale salientar, pois, que a regra de proteção terá incidência mesmo que se trate de uma propriedade improdutiva ou que não atenda a sua função social, na forma do art. 186 da Lei Maior. Nesse sentido já decidiu o Supremo Tribunal Federal em mais de uma oportunidade (MELLO, 2003, p. 248):

(...) A pequena e a média propriedades rurais, ainda que improdutivas, não estão sujeitas ao poder expropriatório da União Federal, em tema de reforma agrária, em face da cláusula de inexpropriabilidade que deriva do art. 185, inciso I, da Constituição da República. A incidência dessa norma constitucional não depende, para efeito de sua aplicabilidade, da cumulativa satisfação dos pressupostos nela referidos (dimensão territorial do imóvel ou grau adequado de produtividade fundiária). Basta que qualquer desses requisitos se verifique para que a imunidade objetiva prevista no art. 185 da Constituição atue plenamente, em ordem a pré-excluir a possibilidade jurídica de a União Federal valer-se do instrumento extraordinário da desapropriação-sanção.

De outra monta, exclui-se, também, dos efeitos da desapropriação-sanção as propriedades produtivas, conforme observa-se no inciso II, do art. 185 da Carta da República de 1988, independentemente do tamanho que tenha. Foi extremamente necessária tal inserção, uma vez que um dos pontos nevrálgicos da política agrária é, justamente, a grande propriedade rural.

Razão de muitos conflitos, a grande propriedade rural, sedimentada na nossa história desde os tempos de colonização, insufla o imaginário daqueles que nada possui e que se sentem injustiçados por não poderem exercer o sonho de plantar e colher em suas próprias terras. Mercê de projetos suicidas, muitos desses desafortunados afrontam as regras constitucionais pré-estabelecidas e invadem propriedades rurais ainda produtivas, no afã quixotesco de lutar contra o que considera injusto: a má distribuição de terras no Brasil.

Sedimenta-se o entendimento de que a função social da propriedade é um princípio constitucional que define a propriedade rural legítima como aquela que atende aos preceitos da dignidade da pessoa humana, do reconhecimento das legislações trabalhistas e da defesa incondicional ao meio ambiente. Sendo constatado que uma propriedade rural não está atingindo o fim a que se destina, insere-se o Estado com o poder de desapropriá-la e daí ela será passível para atender às políticas sociais administradas pelo governo.

2.2 A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: UMA REALIDADE CONSTATADA

Vale registrar que o Estado Brasileiro, com a intenção de conter a liberdade incondicional gerada pelo direito de propriedade, ratificada pelo ordenamento civil no seu art. 1.228, propõe novos limites a esse direito: limitações de ordem privada; limitações de ordem administrativa; e limitações de ordem social.

As limitações de ordem privada são aquelas previstas no § 2º do art. 1.228 do CC/2002: “São defesos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar outrem”. Por sua vez, os limites de ordem administrativa são aqueles que, em razão da interdisciplinaridade, inerente ao direito real de propriedade, são encontrados no § 3º, do artigo supracitado: “O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente”.

Compreendem-se essas limitações na proibição de se fazer ou deixar de fazer, enquanto proprietário de um bem imóvel, ações que venham a prejudicar outras pessoas ou a natureza (§2º). Também é um viés limitador o fato de o poder público ter a capacidade para destituir o proprietário de seu bem, alegando necessidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente (§3º).

As limitações de ordem social são aquelas encontradas nos §§ 4º e 5º do art. 1.228 do Código Civil, que determinam a prevalência de um interesse social para a preservação de direitos, no qual se inclui, por óbvio, a propriedade.

Quem primeiro definiu a Reforma Agrária foi o Estatuto da Terra, no seu art. 1º, § 1º quando diz:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (Grifo nosso).

Observando a própria “etimologia da palavra reforma, **re** significa a ideia de renovação, enquanto **formareé** a maneira de existência de um sentido ou de uma coisa”. Assim, vislumbra-se pela acepção etimológica, que a Reforma Agrária é a mudança do estado agrário vigente (BARROS, 2007, p. 46)

Do conceito estabelecido pelo legislador, de logo se sobressai a conclusão de que “reforma agrária é, acima de tudo, distribuição de terras, mas não apenas isso. As terras serão distribuídas, porém com duas finalidades básicas: a busca de justiça social e o aumento da produtividade” (BARROS, 2007, p. 47).

A luta por uma vida digna é o lema de muitos movimentos sociais. No campo, esta reflete-se na própria existência do ser humano, tanto do excluído que procura amparo nos ideais de cidadania, quanto nos dos pequenos produtores quando recorrem ao governo em busca de melhores incentivos financeiros para a lavoura, ou até mesmo, dos grandes proprietários de áreas produtivas que se sentem ameaçados pela pobreza e pela violência.

Muitos movimentos se organizaram para reivindicarem direitos garantidos pela Constituição Federal, como o direito a uma vida digna, com saúde, moradia e educação. Direitos necessários para formarem cidadãos conscientes e dispostos a desenvolver o país em que vive. O MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra é um grande expoente que representa toda a massa rural que, empobrecida e sem perspectiva de futuro, vê no movimento uma oportunidade de ganharem um pedaço de chão e dali retirarem o seu sustento e a de sua família.

Assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias (INCRA, 2015).

A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de

cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. Com algumas exceções, os assentados moram em casas construídas dentro do lote onde desenvolvem suas atividades rurais (INCRA, 2015).

Além das unidades produtivas e de moradia, o assentamento conta com áreas comunitárias e espaços para construção de igrejas, centros comunitários, sede de associações e ainda locais de preservação ambiental, cercados e protegidos. Cada lote em um assentamento é uma unidade da agricultura familiar em seu respectivo município e demanda benefícios de todas as esferas de governo, como escolas (municipal e estadual), estradas (municipal), créditos (federal e estadual), assistência técnica (estadual e federal), saúde (municipal) e outros. Algumas dessas ações para o desenvolvimento e consolidação do assentamento são executadas por iniciativa e com recursos do INCRA através de parcerias com os governos locais e outras instituições públicas (INCRA, 2015).

A criação dos assentamentos é feita através da publicação de uma portaria, onde constam os dados do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos que serão dados para sua implantação. Os assentamentos podem ser divididos em dois grandes grupos: I - os criados por meio de obtenção de terras pelo INCRA, na forma tradicional, denominados Projetos de Assentamento (PAs), que incluem os ambientalmente diferenciados; II - e aqueles implantados por instituições governamentais e reconhecidos pelo INCRA, para acesso às políticas públicas do PNRA (Política Nacional de Reforma Agrária). Os procedimentos técnicos administrativos da criação e reconhecimento estão amparados pela Norma de Execução DT nº 69/2008 (INCRA, 2015).

Nos assentamentos, as glebas de terras são exploradas por famílias que desenvolvem atividades agropastoris e mantêm a sua subsistência explorando os recursos naturais. Para Carmo (2000, p. 97), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de consanguinidade ou de casamento, e onde a maior parte do trabalho é fornecida pelos membros da família.

A agricultura familiar emerge aliada ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), como instrumento norteador capaz de fornecer os meios para a exploração de potencialidades e superação de obstáculos estruturais do pequeno produtor rural, ensejando a possibilidade de uma inserção na economia de mercado e de solução de graves problemas sociais e ambientais (CARMO, 2000, p.40).

2.2.1 Sustentabilidade Rural

Com a preocupação mundial pela conservação e preservação do meio ambiente natural, muito se tem falado em Desenvolvimento Sustentável como uma solução para um crescimento sem destruição.

Na segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, a RIO 92, também denominada de ECO 92, realizada no Brasil, teve como principal resultado a adoção de um programa a longo prazo - a Agenda 21- cujo fundamento era por em prática o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual constitui-se uma resposta às questões formuladas no relatório de Brundtland (CAPORAL, 2004, p. 67).

A Agenda 21 constitui-se a mais ousada e a mais abrangente tentativa já realizada de promover em escala planetária, novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica; assim consolidou a ideia de que o desenvolvimento e a conservação do meio ambiente constituem um binômio indissolúvel. Sachs, nesse documento, produz textos que amplia os três eixos do desenvolvimento e apresenta-nos simultaneamente cinco dimensões de sustentabilidade.

a) **Sustentabilidade social**, que busca o estabelecimento de um padrão de desenvolvimento que conduza a uma distribuição mais equitativa da renda, assegurando uma melhoria dos direitos das grandes massas da população e uma redução das atuais diferenças entre os níveis de vida daqueles que tem e daqueles que não tem; ou seja, tem por objetivo “construir uma civilização do ‘ser’, em que exista maior equidade na distribuição do ‘ter’ e da renda...”;

b) **Sustentabilidade econômica**, possível através de inversões públicas e privadas e da alocação e do manejo eficiente dos recursos naturais; a eficiência econômica deve ser avaliada através de critérios macros sociais.

c) **Sustentabilidade ecológica**, regulação dos meios de produção e padrões de consumo, entendida como aumento da capacidade de suporte do planeta, mediante intensificação do uso do potencial de recursos disponíveis, compatível com um nível mínimo de deterioração deste potencial, requer a preservação dos recursos energéticos e naturais.

d) **Sustentabilidade espacial**, buscando uma relação urbano-rural mais equilibrada, evitando-se a concentração da população em áreas e uma

melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas;

e) **Sustentabilidade cultural**, Expressa o “*conceito de eco desenvolvimento em pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.*” A sustentabilidade cultural visa à “busca das raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção”.

“Todavia, afirma que o desenvolvimento só será alcançado quando suprir a necessidade de adjetivá-lo sustentável” (ALMEIDA; 2006, p. 20, grifo do autor).

Importante compreender que a sustentabilidade ambiental é alcançada quando a produtividade dos recursos naturais que sustentam a vida é preservada ou ampliada para uso das gerações futuras; e que a sustentabilidade econômica, no caso das populações carentes, é alcançada se um nível básico de bem-estar econômico for atingido ou mantido.

Para se ter a percepção de desenvolvimento sustentável, tanto na zona urbana quanto rural, alguns parâmetros precisam ser analisados, observando a realidade de cada ambiente.

Compreende-se por Sustentabilidade Rural ou DRS (Desenvolvimento Rural Sustentável) um comportamento diferenciado de trabalhar a terra, utilizando tecnologias, práticas e ações sempre com o intuito de possibilitar tanto a exploração como a utilização de recursos do meio rural, visando o bem comum das presentes e futuras gerações. O desenvolvimento rural sustentável implica também em abranger todas as dimensões da vida do assentado e de sua família, tanto no aspecto social, como cultural, econômico e ambiental (INCRA, 2015).

A nova concepção de desenvolvimento sustentável traz em si alterações fundamentais que modificam a visão de desenvolvimento até então estabelecida, uma vez que enfatiza a melhoria da qualidade de vida, o consumo real per capita, a diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade, a elevação das condições de saúde, educação, moradia etc. como parâmetros essenciais para se cumprir o quanto estabelecido na Constituição Federal da República quanto à dignidade humana e, conseqüentemente, promover o crescimento da nação.

Ratifica-se que “o conceito de Sustentabilidade envolve três segmentos, e eles devem, obrigatoriamente, sempre estar em equilíbrio para que a sustentabilidade exista. Estamos falando de economia, desenvolvimento social e meio ambiente.” (INCRA, 2015).

Necessário se faz produzir com responsabilidade, visando à conservação do meio ambiente, que deve ser protegido. Muitas técnicas agronômicas estão sendo desenvolvidas para promoverem o equilíbrio entre o plantar para gerar lucros aos produtores e o conservar o meio no qual se vive, respeitar as biodiversidades animal, mineral e vegetal.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem uma conotação extremamente positiva. Tanto o Banco Mundial, quanto a Unesco e outras entidades internacionais adotaram-no para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina **eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica**. “Esse tripé virou fórmula mágica, que não falta em nenhuma solicitação de verbas para projetos de natureza mais variada no campo ecosócio-econômico dos países e regiões do nosso “velho” terceiro mundo” (BRÜSEKE, 1995, p.35).

Os conceitos variam de acordo com a abordagem que se dá. Acerca de sustentabilidade, compreende-se como modelo, no campo, à “revolução cultural” no MST e a abordagem por ele identificada de sustentabilidade “... em nosso socialismo haverá respeito ao ser humano, à democracia, respeito aos bichos e à existência de florestas, a convivência fraterna, o cuidado com o corpo e com a vida, empenho ao trabalho e ao estudo, respeito a tudo o que é coletivo e muito trabalho cooperado” (BOGO, 2000, p. 41).

Nas atividades agrícolas há diversas formas de conceituar sustentabilidade. Entretanto, embora sejam consideradas dimensões diferentes de um conceito para outro, a base da definição de sustentabilidade em agricultura é a valorização dos recursos internos dos sistemas agrícolas produtivos. A sustentabilidade surgiu como a característica a ser analisada e medida. Na agricultura, a questão da sustentabilidade envolve fatores físicos, bióticos e aspectos relativos à viabilidade econômica e sociocultural (GOMES; MELLO; MANGABERA, 2008, p. 24).

Para Tomé (2003), sustentável é aquilo que se pode manter, conservar; é o que pode permanecer e continuar sem se esgotar, a partir dos processos de renovação, de conservação.

A nova concepção de desenvolvimento sustentável traz em si alterações fundamentais que destacam a complementaridade do processo com ênfase na melhoria da qualidade de vida, consumo real per capita, diminuição dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade, elevação das condições de saúde, educação, moradia, etc.

As questões sociais são mais antigas do que a problemática natural, em termos da discussão sobre os caminhos da agricultura, originando uma maior identificação entre uma noção teórica mais contemporânea, como a de sustentabilidade, e temáticas mais recentes, como as que dizem respeito à influência de fatores de ordem natural no campo:

[...] não se pode perder de vista que os problemas sociais relacionados com a agricultura - como a concentração fundiária e a concentração de rendas, as precárias condições de trabalho ou mesmo a fome e a miséria - são problemas muito mais antigos. E o processo histórico que resultou nas atuais discussões sobre a noção de sustentabilidade tem origem no agravamento dos problemas ambientais, principalmente a erosão dos solos, a contaminação dos recursos hídricos e a destruição das florestas. Portanto, parece coerente a 'inclinação' para as questões naturais" (EHLERS, 1999, p.112).

A sustentabilidade ambiental é alcançada quando a produtividade dos recursos naturais que sustentam a vida é preservada ou ampliada para uso das gerações futuras. A sustentabilidade econômica, no caso das populações carentes, é alcançada se um nível básico de bem-estar econômico for atingido ou mantido. A sustentabilidade social é alcançada quando a exclusão social é minimizada e a igualdade social maximizada. A sustentabilidade institucional é alcançada quando as estruturas e os processos preponderantes têm condições de continuar a desempenhar suas funções em longo prazo (DFID, 2003).

O Brasil acolheu esse conceito de desenvolvimento sustentável e já o estabelece em sua Carta Constitucional, quando registra que tem como objetivo fundamental, dentre outros, o de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as

desigualdades sociais e regionais, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme reza o seu artigo 3º:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Embora tenha como objetivo erradicar a pobreza e minimizar as desigualdades sociais, é do conhecimento de todos que em nossa República a fome e a miséria são realidades presentes em muitos lares. O abandono e a falta de perspectivas são parte do cotidiano de muitos brasileiros.

Dentro da nossa realidade social, os indicadores econômicos, posicionam os Sem-terra entre as camadas mais empobrecidas do campo. Uma população jovem, almejando constituir um novo lar e garantir seu futuro como agricultores, privados, no entanto, dos meios materiais e dos recursos econômicos necessários, presos num circuito de empobrecimento e carecendo de conhecimentos formais e técnicos elementares, eis o perfil do campesinato meridional sem-terra, cujos traços balizam sua longa caminhada até o protesto e a luta social (FOLLMANN, 1989, p. 65-84).

Em todo o mundo, as grandes mudanças aconteceram após importantes revoluções. Essa constatação é possível diante da história. No Brasil, a história está sendo escrita e cabe a todos os segmentos da sociedade a responsabilidade desse desfecho. Que da crise possa se retirar bons frutos, pois o ideal, tanto do Estado Democrático de Direito, quanto da sociedade civil organizada é, indiscutivelmente, promover um país estruturado nas bases constitucionais, justo e digno de um povo trabalhador, criativo e feliz, apesar das adversidades enfrentadas!

2.3 A DESIGUALDADE SOCIAL E A INCLUSÃO NO MEIO RURAL

Quando escreveu o *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Rousseau identificou “dois tipos de desigualdade na espécie humana: a desigualdade natural ou física e a desigualdade moral ou

política. A primeira é estabelecida pela natureza e a segunda autorizada pelo consentimento dos homens” (ROUSSEAU, 1991, p.235).

Primeiramente, ele procurou identificar, observando várias situações, o que era, essencialmente, o estado de natureza; despindo o homem de tudo que, no seu entender, é artificialmente adquirido no convívio social. Em segundo lugar, certo de que os primeiros desenvolvimentos do espírito humano só surgiram em virtude de causas externas, empenhou-se em “aproximar os vários acasos que puderam aperfeiçoar a razão humana” e “trazer o homem e o mundo ao ponto em que o conhecemos” (ROUSSEAU, 1991, p. 258).

O certo é que Rousseau, na sua época, já conseguiu perceber o abismo que se colocava entre os homens e as desventuras trazidas por ele. Atualmente, são uníssonos os questionamentos sobre a Desigualdade no Brasil e no Mundo. Muitos estudam as suas causas, outros às suas consequências.

São três os pilares da estratificação: a riqueza, o prestígio e o poder.

Nas sociedades ocidentais e modernas, ou melhor, no modo de produção capitalista, os fatores que orientam a estratificação são a propriedade dos meios de produção e a divisão social do trabalho, conformando um sistema de classes sociais. As classes sociais são estabelecidas a partir de um sistema de relações distribuídas em uma escala de acesso às riquezas e de valores (não-unívocas) que lhes atribui determinadas posições sociais. (SCOREL, 2010, p. 25)

No Brasil, enquanto país em desenvolvimento consegue-se perceber essas desigualdades tanto na esfera pública quanto privada. Desde as políticas e incentivos dados pelo governo a uns em detrimento de outros, até as colocações sociais, divididas em castas, nas quais se privilegiam apenas os poucos que se encontram no grau mais elevado.

A Desigualdade social tem sido uma das características predominantes no desenvolvimento histórico do Brasil, mesmo se for observado apenas o período da República. A industrialização do país não conseguiu dissipar os flagelos da desigualdade que eram perceptíveis em todas as regiões. A situação agravou-se mais com as crises econômicas dos anos 70 e 80 e, na década de 90, o Brasil foi

classificado por organismos das Nações Unidas como um dos países de maior desigualdade social.

O Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) visa mensurar as condições para se desfrutar uma vida longa e saudável, de se adquirir conhecimentos, e de se ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente (rendimentos, poder aquisitivo real). As faixas de classificação são: IDH alto até 0,800, IDH médio entre 0,500 e 0,800 e IDH baixo quando inferior a 0,500 (PNUD, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil apresentou melhora em 2013, confirmando uma trajetória de crescimento constante durante as últimas três décadas. As evoluções nas três dimensões do índice (vida longa e saudável, educação e padrão de vida decente) mostram uma convergência rumo a uma maior harmonização do desenvolvimento humano no Brasil, ao longo dos anos. Com um IDH de 0,744, o Brasil melhorou uma posição em relação a 2012 no ranking de países, aparecendo agora em 79º entre os 187 países e territórios reconhecidos pela ONU (PNUD, 2014).

O RDH (Relatório de Desenvolvimento Humano) 2014 mostra, numa perspectiva de longo prazo, que o IDH do Brasil acumulou crescimento de 36,4% entre 1980 e 2013, o que representa um aumento anual médio de 0,95% no índice. Este foi o melhor desempenho entre os países da América Latina e do Caribe no período (PNUD, 2014).

Isso significa que, nestas três décadas, os brasileiros ganharam 11,2 anos de expectativa de vida, viram a renda aumentar em 55,9% enquanto, na educação, a expectativa de anos de estudo para uma criança que entra para o ensino em idade escolar cresceu 53,5% (5,3 anos) e a média de anos de estudo de adultos com 25 anos ou mais subiu quase 176,9% (4,6 anos) (PNUD; 2014).

Com esses resultados percebe-se que o Brasil continua lutando para superar o passivo histórico da desigualdade, promovendo políticas públicas que minimizam as distâncias entre as classes sociais e criam iguais oportunidades para àqueles que viviam esquecidos pelo poder público, o que não é fácil, face ao expressivo

crescimento da população urbana advindo do processo de industrialização e comércio.

A promoção da industrialização no País, na década de 30, e a oportunidade de trabalhadores virem a ter os seus direitos trabalhistas reconhecidos, como 13º salário, férias, licença maternidade e paternidade, tiveram como consequência o êxodo no campo. Muitas famílias rurais viram-se compelidas a saírem do campo com a perspectiva de melhorarem a sua condição de vida. Deixaram para trás a vida da enxada e da pobreza, com sonhos de conquistarem, com o trabalho formal, mínimas condições de conforto e oportunidades de crescerem profissionalmente, uma vez que nas cidades era muito mais fácil frequentar uma escola, muito rara no campo.

No campo, o êxodo rural provocou uma modificação drástica na estrutura física das regiões. Os latifúndios que já existiam em grande quantidade no país, continuavam existindo e aumentando ainda mais, tendo esses novos titulares muito mais consciência da importância da tecnologia, tornando-se estes adeptos à modernização do campo.

A nova era campestre trouxe para a zona rural muitas máquinas que substituíam a mão-de-obra humana, aumentando ainda mais o desemprego. Fazendeiros, assessorados por uma tecnologia de ponta, produziam e colhiam bem mais, num espaço de tempo muito mais curto. Sem contar que a redução do número de trabalhadores representava, também, uma redução das responsabilidades trabalhistas, uma das exigências da função social da propriedade (BARROS, 2009, p. 113)

Sem trabalho no campo e nas cidades, o rural sem nenhuma formação, ficou à mercê da sorte. Sem terra, sem trabalho e abandonados pelo governo, tornaram-se alvo fácil de captação de ideais incutidos por alguns revolucionários, que fomentavam o crescente desejo de eclodir um movimento no campo, com o objetivo de chamar a atenção do Governo para o problema crescente da má distribuição de terras e oportunidades e, principalmente, para pressionar quanto a execução das reformas agrárias tão exaustivamente prometidas.

Escorel (1999, p. 28) considera que a linha da pobreza demarca aqueles que não dispõem dos meios para atender às necessidades de alimentação, nem as demais necessidades de vestuário, educação, despesas pessoais, habitação etc...Nessa época, estar no campo era proliferar as agruras da pobreza. Não se

tinha políticas públicas para incentivar o pequeno agricultor na sua lavoura e continuar no campo era a condenação ao atraso e à falta de perspectivas, o que o jovem não mais aceitava.

A atividade econômica tradicional do caboclo é a agricultura de subsistência, por ele considerada meio de reprodução biológica, social e cultural, mas que tem fraco poder de inserção econômica e política na sociedade global. Historicamente, o caboclo permaneceu fracamente vinculado aos mercados – seu contato foi apenas o necessário em negócios eventuais – e isolado pela ausência de vias de comunicação, assim como pela estigmatização social. Seu significado econômico (mesmo quando residindo próximo de cidades) nunca foi reconhecido e até hoje as portas de acesso aos mercados, aos bens culturais e aos poderes de decisão continuam fechadas para ele. Isto torna difícil, senão impossível, transformar-se em agricultor familiar empresarial, moderno, pois "os caboclos têm muitas vezes uma história de agricultor sem terra itinerante e de submissão pessoal aos proprietários fundiários, que contrasta com o estatuto originário da pequena propriedade parcelária (GEHLEN, 2004, p.08)

Os assentados do Terra Bahia, com exceção das crianças e adolescentes, não tiveram o estudo como uma prioridade em suas vidas, por estarem engajados em movimentos sociais ou por terem que trabalhar muito cedo. A maioria deles não possui o ensino fundamental completo. Percebe-se um grande número de não alfabetizados entre os assentados mais velhos. A perspectiva dos jovens do assentamento é conseguir uma formação superior para ter a oportunidade de morar e trabalhar em algum centro urbano, no qual entendem conseguir melhores condições de vida!

Acontece que com o aumento demasiado dos centros urbanos e da consequente exclusão social, além da instabilidade econômica que permearam os governos nas últimas décadas, viver nas cidades já não é mais tão atrativo como antes. Os problemas dos grandes centros, como superpopulação, desemprego, custo alto de vida, criminalidade, atendimento médico precário, falta de saneamento básico e educação, têm despertado tanto no governo como nos jovens o sentimento de que uma das soluções está no campo.

Várias famílias que estão no campo, trabalhando a terra e desenvolvendo a economia do país, estão sendo assistidas por políticas públicas sociais, que visam desenvolver o campo e, conseqüentemente, promover a dignidade humana.

Políticas públicas eficientes dispensam políticas sociais compensatórias, recomendadas para situações emergenciais e de risco ou de superação de legados históricos específicos, como, por exemplo, incluir segmentos sociais não contemplados historicamente pelas políticas de desenvolvimento (GEHLEN, 2004, p.02)

Essas políticas geraram transformações as quais norteiam e induzem a “reelaboração de conceitos, como o de identidade sociocultural, que inclui a noção e o “lugar” do trabalho, e o de cidadania, que inclui as relações de trabalho e com o meio ambiente.” (GEHLEN, 2004, p.04). Com as novas oportunidades há uma modificação no sentimento e na percepção dos produtores quanto aos conceitos como o de trabalho, de competitividade, nos aspectos relacionados a qualidade e a produtividade, além do de sustentabilidade.

Tais conceitos promovem uma reestruturação na identidade do homem do campo, na sua identidade sócio profissional, principalmente para aqueles que dispõem da tecnologia e a usam para desenvolverem as suas lavouras e atenderem as demandas crescentes das indústrias e do mercado de produtos *in natura*. Estas transformações, entretanto, não são para todos e as políticas têm se mostrado insuficientes para “resolver os problemas dos “esquecidos” históricos (caboclos, indígenas, quilombolas) e de cerca de 12% da população do meio rural brasileiro que vive em condições abaixo da chamada “linha de pobreza” (GEHLEN, 2004, p.04).

Aos poucos recriaram-se o discurso e uma linguagem favorável a esta forma de agricultura, com conceito definido. O agricultor familiar passou a recusar ser identificado por termos com os quais não se identificava, tais como camponês colono ou trabalhador rural. Em alguns lugares, retomou-se o sentido original do termo colono por razões mercadológicas, especialmente turísticas. Em outros lugares, como na região produtora de soja, no Sul, os descendentes de imigrantes europeus abandonam o termo e o substituem por familiar, empresário agrícola, ou pela identificação profissional: fumicultor, sojicultor, avicultor, etc (GEHLEN, 2004, p.10).

As novas tecnologias e as exigências sobre os produtos estão modificando a forma de se trabalhar o campo. Está havendo a profissionalização nos serviços, com a utilização de novas técnicas de plantio e manuseio da terra, novas propostas de elaboração e desenvolvimento dos produtos, o que se tem levado muitas vezes à perda do saber técnico herdado.

Necessário compreender que, neste processo, ocorre a exclusão de parte dos produtores e “isto se deve a fatores ligados à imposição de condições tecnológicas e de valores, símbolos e hábitos racionais que alteram os tradicionais” (GEHLEN, 2004, p.06). Porém, as mudanças são evidentes e as exigências mercadológicas promovem o desenvolvimento e estimulam a competitividade.

A agricultura familiar consolidou-se como um sistema de produção bem característico e com grande capacidade de adaptação. “Esse discurso, construído também pelo engajamento das universidades, generalizou-se através de pesquisadores, técnicos e lideranças apoiados pela mídia e instituições diversas, como as igrejas, por exemplo” (GEHLEN, 2004, p.10). O modelo familiar bem conduzido e com políticas adequadas, é econômica e socialmente eficiente, sensível às questões ambientais e, por isso, se afirma crescentemente como sustentável ou durável.

A oportunidade de transformar as vidas de cidadãos, que se encontram à margem da linha da indigência, ou seja, pessoas que sequer conseguem atender as suas necessidades básicas, se deu com a organização e a estruturação dos assentamentos pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Importante salientar que a proposta de desenvolvimento econômico no campo foi estendida também aos assentamentos, para os quais muitas políticas públicas foram destinadas.

2.4 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso foi criado o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, um organismo de Estado criado para conduzir a política fundiária nacional. Com este ato, o Presidente da República sinalizou à sociedade e ao próprio governo a prioridade da Reforma Agrária como política pública. Até a criação do Gabinete do Ministro Extraordinário, a política fundiária nacional estava subordinada ao Ministério da Agricultura (INCRA, 2015).

Após a desapropriação das terras pelo INCRA, estas compreendidas como improdutivas, a Diretoria de Assentamento viabiliza o acesso das famílias à terra após a imissão de posse nas áreas desapropriadas pelo Governo Federal. Essa Diretoria tem o objetivo de orientar as ações para a criação, implantação, desenvolvimento e consolidação dos assentamentos, propiciando ou favorecendo a organização socioeconômica dos beneficiários e o atendimento aos serviços básicos de assistência técnica, crédito rural e de infraestrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2015).

Pode ser assentado do Programa de Reforma Agrária Nacional do INCRA todo trabalhador rural sem-terra e aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família, indispensável à própria subsistência. Quando uma área é desapropriada para fins de reforma agrária, o INCRA dá prioridade aos que já estão morando nela, como arrendatários, parceiros, colonos, etc. Também serão assentadas outras famílias que estejam cadastradas pelo INCRA, e que atendam aos requisitos legais que ocorrem no cadastramento e seleção (INCRA, 2015).

O INCRA possui duas modalidades de créditos: Implantação e PROCERA. Ambas são gerenciadas pelo Departamento de Apoio ao Desenvolvimento - DPA e destinam-se ao desenvolvimento e consolidação do Projeto de Assentamento.

O Crédito de implantação é disponibilizado quando o INCRA cria um projeto de assentamento e credencia as famílias beneficiárias. Este crédito permite aos assentados, logo no primeiro ano, iniciarem as atividades de produção assegurando-lhes as condições mínimas necessárias para sua permanência na terra. Pode ser também um instrumento educativo, este crédito tem sua aplicação baseada no planejamento ascendente, de forma coletiva, permitindo a efetiva participação dos assentados no desenvolvimento de seus projetos (INCRA, 2015).

O Crédito implantação compreende três modalidades: o Crédito Alimentação que se destina à aquisição de gêneros alimentícios necessários à subsistência dos assentados e suas famílias, enquanto aguardam os primeiros resultados da produção; o Crédito Fomento que se destina à aquisição de ferramentas,

equipamentos, insumos agrícolas, tratores, plantel de animais e outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva do assentamento ao desenvolvimento ou implantação das atividades produtivas no Assentamento e, o Crédito Habitação destinados à construção da moradia das famílias assentadas, em regime comunitário. Estes créditos serão ressarcidos pelas famílias quando iniciarem o pagamento da terra que passaram a deter (INCRA, 2015).

O PROCERA é o programa de Crédito Especial para as áreas de Reforma Agrária. Possui duas fontes: uma originária do orçamento do INCRA e outra oriunda de 10%(dez por cento) dos recursos apropriados dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os gestores desses recursos são o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste (INCRA, 2015). Os beneficiários do PROCERA são produtores assentados nos Projetos de Assentamento criados pelo INCRA e nos projetos dos Estados quando aprovados pelas Superintendências Regionais do INCRA (INCRA, 2015).

O crédito tem um teto máximo por produtor, individualmente, que poderá ser concedido em mais de uma etapa, dependendo do estágio de desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos. No caso de Cooperativas de Reforma Agrária, esse valor será multiplicado pelo número de associados, observando-se o limite de endividamento por produtor solidário no empréstimo (INCRA, 2015).

Para o crédito de investimento, o prazo de pagamento será de até 10 (dez) anos, com 3 (três) de carência. São os recursos do PROCERA que propiciam ao assentado o seu desenvolvimento socioeconômico, culminando com a emancipação do Projeto de Assentamento. Dentre as principais atividades financiadas pelo PROCERA destacamos: implantação de agroindústria; agropecuária (fruticultura, bovinocultura, grãos etc.); construção de infraestruturas de produção (INCRA; 2015).

As prioridades de investimento nos assentamentos obedecem à seguinte ordem: primeiro os recursos serão destinados aos PA's em fase de emancipação; depois, para os PA's que já tenham projetos PROCERA, incluindo-se projetos agroindustriais; em seguida para os PA's que já tenham sido contemplados com crédito de implantação (alimentação, fomento, habitação); e, por fim, para os PA's

que já possuam equipes do LUMIAR. Importante destacar, que os Pa's novos têm prioridades na concessão para os créditos de implantação e obras emergenciais (INCRA, 2015).

O crédito/Procera/investimento é pago em parcelas semestrais ou anuais, conforme o cronograma constante no projeto de financiamento. O crédito/Procera/custeio é pago de uma só vez, anualmente. O pagamento dos créditos é realizado nas agências dos bancos gestores do Programa, localizados nos municípios mais próximos dos Projetos de Assentamento (PA).

O Projeto LUMIAR é um Projeto do Governo Federal, realizado pelo INCRA, destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas em projetos de reforma agrária. Compreende-se por assistência técnica o serviço de orientação às famílias de agricultores assentados, nos assuntos relativos à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização de produtos, criação de animais, introdução de novas tecnologias, bem como ações que estimulem a organização dos assentados (INCRA, 2015).

Este projeto visa orientar o desenvolvimento autônomo dos assentamentos mediante a formação de equipes locais de assistência técnica e capacitação profissional. A equipe local do Projeto Lumiar, de forma construtiva com os assentados, elabora o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), que norteará todas as ações de investimento do PA (Projeto de Assentamento). Tem por estratégia promover em conjunto com os assentados um processo de aprendizagem, que os levem a tomar decisões as quais tornem seus assentamentos autossustentáveis em curto prazo. A longo prazo, a consolidação do PA ensejará na sua emancipação socioeconômica (INCRA, 2015).

Os assentados, através de suas organizações, são os contratantes dos serviços de assistência técnica. Além de assinar os contratos, os assentados têm papel fundamental no acompanhamento e na avaliação dos trabalhos realizados pelos técnicos das equipes locais do Projeto Lumiar: participa diretamente das reuniões com os técnicos e instituições e privadas sobre o desenvolvimento da comunidade assentada; acompanha o dia-a-dia dos técnicos do Lumiar no

Assentamento, trocando experiências, dando opiniões sobre as ações que vão ser realizadas; verifica e comprova se os serviços de assistência técnica estão sendo realizados conforme contrato, autoriza pagamento quando for o caso, apoia e auxilia os trabalhos realizados pelas equipes técnicas do Lumiar (INCRA, 2015).

Existe ainda o PROJETO CASULO, que é um projeto de geração de emprego e renda a ser implantado na periferia ou núcleos urbanos, de forma descentralizada e em parceria com os Municípios. As Prefeituras, junto com o INCRA, cadastram a clientela e identificam terras públicas municipais disponíveis, ou que possam ser adquiridos para a viabilização do projeto. O Governo Federal garante os créditos de implantação e PROCERA e os municípios viabilizam de fato a implantação do Projeto (INCRA, 2015).

Importante salientar que todos esses recursos disponibilizados pelo INCRA/GOVERNO são acessíveis àqueles assentamentos legalmente constituídos e que atendem à sua finalidade. Diante da oportunidade conquistada, os assentados, pessoas excluídas e marginalizadas, em sua maioria sem instrução alguma, anseiam por orientação e recursos para desenvolverem-se enquanto seres humanos e cidadãos brasileiros, aos quais são dados a aptidão de direitos e deveres.

No entanto, necessário se faz desenvolver a terra com sustentabilidade, respeitando os recursos naturais e preservando o meio ambiente. “A busca por um equilíbrio entre o aumento da produtividade e a redução dos impactos à natureza pode ser alcançada por meio de estratégias de trabalho em conjunto e da organização dos processos produtivos” (ANDRADE; MOREIRA; MOURA, 2013, p. 02).

Para se perceber a organização de um assentamento, é preciso delimitá-lo em um espaço. Normalmente, esse espaço é uma área de terra, desapropriada pelo INCRA por não cumprir a sua função social, ou seja, por ser improdutivo. O processo ocorre com a divisão e distribuição destes àqueles destinados ao assentamento.

Importante reconhecer que os assentamentos consolidam a luta pela terra, uma vez que são implantados em terras ociosas ou improdutivas, modificando a realidade territorial e sua paisagem, com a criação de casas, cercas, plantações e os equipamentos coletivos, escolas, creches e posto de saúde, entre outros (ANDRADE; MOREIRA; MOURA, 2013, p.02).

A conquista dos assentamentos representa algo para além da simples concessão de terras. Os assentamentos rurais representam uma oportunidade para a reprodução de modos de vida e de produção de agricultores (ANDRADE; MOREIRA; MOURA, 2013, p.02). O perfil de cada assentamento é característico de seus assentados. Mesmo existindo regras estabelecidas previamente pelo órgão gestor, INCRA, os assentamentos são retratos da cultura e predisposição de seus assentados.

A organização social nos assentamentos é compreendida como uma atividade em conjunto para se alcançar objetivos comuns. O processo de organização social e econômico das famílias assentadas “deve partir da identificação de interesses e oportunidades demandadas pelas próprias famílias, possibilitando à comunidade, dentro de um processo de reflexão, cunhar o destino daquele novo espaço” (ANDRADE; MOREIRA; MOURA, 2013, p.03).

Como são pessoas carentes de saberes e informação adequada quanto às práticas agrícolas no que tange a sua produção e comercialização, muitos assentamentos, orientados por especialistas, optam em desenvolverem o associativismo e o cooperativismo como forma de organização em prol do desenvolvimento comum.

A organização coletiva deve ser trabalhada como princípio e meio para uma melhor convivência social, além de ser um importante facilitador na viabilidade social e econômica nos projetos de reforma agrária. Nesse sentido, a constituição da associação faz-se necessária até mesmo para facilitar o processo de negociação juntos a órgãos, como o Incra, tendo em vista toda a infraestrutura que deverá ser construída na área (ANDRADE; MOREIRA; MOURA, 2013, p.03).

Para o INCRA (2015) a associação é a forma de organização criada pelos integrantes de um assentamento para representá-los junto a entidades governamentais ou não, para discutir o seu processo de desenvolvimento e determinar os rumos que serão tomados pela comunidade em sua busca de cidadania.

Já a Cooperativa é uma associação de pessoas (no mínimo 20) com as mesmas atividades econômicas, com o objetivo de realizar a promoção de seu bem estar social. A cooperativa tem características de uma sociedade mercantil, podendo atuar no mercado nas mesmas condições das demais empresas comerciais ou industriais (INCRA, 2015).

A importância de se criar as associações e as cooperativas de forma que envolva todos os assentados é que as famílias podem participar de forma mais consciente nas decisões que envolvam o projeto de assentamento. Além disso, essas organizações são de grande importância na comercialização da produção das famílias, que, conjuntamente, podem conseguir um retorno maior da venda de seus produtos (ANDRADE; MOREIRA; MOURA, 2013, p.05).

Ao se organizarem em associações ou cooperativas os assentados têm a possibilidade de trocar experiência e desenvolver a sua plantação dentro dos requisitos exigidos pelo mercado, além de possuírem pessoas especializadas, normalmente vinculadas ao INCRA, Organizações Não Governamentais ou a Sociedades Civas que os orientam no desenvolvimento de projetos, os quais, certamente, não conseguiriam realizar sozinhos.

A importância dessas associações deve-se também à orientação quanto à produção e redução dos impactos ambientais nos processos produtivos. Normalmente, o assentado recém instalado não possui recursos ou ferramentas adequadas para trabalhar o solo e desenvolver a plantação ou criação, razão pela qual utiliza de técnicas reconhecidamente inadequadas, as quais geram graves impactos ambientais, tais como: desmatamentos, queimadas, poluição dos rios e das nascentes.

2.5 POLÍTICAS PÚBLICAS APLICÁVEIS AOS ASSENTAMENTOS

Compreende-se por políticas públicas a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. (Souza, 2006). As destinadas a agricultura familiar nos assentamentos, são todas elas voltadas para o desenvolvimento do ambiente rural, de forma

equilibrada e sustentável, visando o crescimento social das pessoas, proporcionando condições dignas de trabalho, educação, saúde e lazer cultural.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário lançou uma cartilha destinada à comunidade em geral, inclusive aos estudiosos e pesquisadores, na qual são elencadas todas as políticas públicas destinadas à agricultura familiar, inclusive as de assentamentos¹ (MDA, 2015).

Essas políticas, voltadas para o homem do campo que desenvolve a agricultura familiar, têm o intuito de promover o desenvolvimento econômico dos assentamentos na medida em que proporcionam recursos e orientações de como desenvolver a sua produção e/ou criação.

Dentre as dezessete políticas públicas informadas na cartilha, todas elas muito importantes, pode-se destacar o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – que é um programa de crédito que permite acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento da agricultura familiar. O PRONAF desenvolve algumas linhas de crédito, que vão desde a liberação de recursos para a lavoura, criação ou industrialização, inclusive com recursos destinados exclusivamente à mulher.

Dessas políticas existem àquelas voltadas para garantir alimentação a populações em extrema pobreza, de insegurança alimentar e nutricional, que é o Programa de Aquisição de Alimentos - PPA. Faz parte da ação do governo denominada Fome Zero. Para tanto, a proposta é comprar dos agricultores familiares, sem a necessidade de licitação pública. Nessa mesma linha está o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Existem políticas públicas voltadas para a regularização dos títulos de terras, como é o caso do Programa de Cadastro de Terra e Regularização Fundiária, que

¹ As informações contidas nesse tópico foram baseadas no texto extraído da cartilha sobre POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR, publicado no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf acesso em 13/10/2015 às 11:56.

tem o intuito de garantir a permanência dos agricultores familiares nas terras, assegurando juridicamente a posse do imóvel ao trabalhador do campo.

Importante ainda são as políticas públicas voltadas para a educação dos assentados. São programas que visam garantir a educação mínima, educação fundamental, para as crianças, jovens e adultos, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Não menos importante é o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC CAMPO, que qualifica e profissionaliza os jovens e adultos do campo.

Importante salientar que nos programas voltados para a agricultura familiar existem aqueles destinados exclusivamente às mulheres, com o objetivo de fortalecer as organizações produtivas das trabalhadoras rurais, como é o caso do Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais.

Algumas destas foram criadas para garantir a cultura e o lazer, direitos conquistados na Constituição de 1988, no seu art. 5º, dentre eles, o Programa Arca das Letras, que tem como objetivo garantir o acesso à leitura de crianças, jovens e adultos das comunidades rurais.

Os livros são colocados em móveis, chamados de arcas, que contam com cerca de 200 obras, selecionadas para contribuir com o trabalho, a pesquisa e o lazer das populações que vivem no campo. Os exemplares são escolhidos de acordo com a indicação e demanda das famílias atendidas. Os acervos são formados por literatura infantil, para jovens e adultos, além de livros didáticos, técnicos e especializados. Mais de 10 mil bibliotecas já foram instaladas no País por meio do Arca das Letras.

Para incentivar e facilitar o acesso à leitura, as bibliotecas são instaladas na casa de agentes de leitura (escolhidos voluntariamente) ou nas sedes de uso coletivo (associações comunitárias, pontos de cultura, igrejas), de acordo com a escolha da comunidade e disponibilidade dos agentes (MDA, 2015).

Observa-se que o Brasil possui políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, e que privilegiam, direta ou indiretamente, as famílias assentadas. Os recursos por elas utilizados são imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento destas comunidades e, conseqüentemente, daqueles que nelas habitam.

3 METODOLOGIA

3.1 A IDENTIFICAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

Eunápolis, também conhecida como a “Princesinha do Extremo Sul”, é um município brasileiro do estado da Bahia, localizado às margens da BR-101 e BR-367, com uma área de 1.425.968 km². Sua população é de 113.191 habitantes, sendo então a 16^a cidade mais populosa do estado em 2015, segundo o IBGE (2015).

A sua localização, na divisa entre o sul e extremo sul da Bahia (Fig. 1) favoreceu-lhe com a alcunha de “Portal do Extremo Sul”. Seu nome é uma homenagem a Eunápio Peltier de Queiroz, secretário estadual de viação e obras públicas, responsável pela desapropriação de terras de fazendas para que se formasse o povoado (PORTAL DA CIDADE, 2015)



Figura 1- Mapa identificando o estado da Bahia com a localização do município de Eunápolis na divisa entre o sul e extremo sul baiano
Fonte: Portal da cidade (2015).

Somente por força da Lei Estadual 4770/1988, o então considerado maior povoado do mundo, foi elevado à categoria de município, passando a chamar-se Eunápolis, em razão de uma homenagem ao engenheiro Eunápio Peltier de Queiroz

que foi o responsável pela desapropriação de terras e fazendas para a formação do povoado conhecido como Quilômetro 64, Ibiapina ou Nova Floresta. Com 28 anos de emancipação política datada de 12 de maio de 1988, foi um povoado promissor pertencente às cidades vizinhas de Porto Seguro (20%) e Santa Cruz Cabrália (80%) (IBGE, 2016).

Em consequência da implantação em 1973, da BA-2 (hoje BR 101), que liga a Bahia ao Espírito Santo, surgiram as rodovias vicinais, ligando as cidades do sul da Bahia à rodovia principal. Foi, justamente, a partir de um acampamento de trabalhadores iniciado com a construção do Ramal-rodovia atualmente denominada de BR 367 e que liga a localidade a Porto Seguro - e ampliado durante a construção da BR 101 que surgiu o povoado do 64 (referente ao km 64), que mais tarde viria a ser a cidade de Eunápolis (IGLESIAS, 2016, p. 02).

Com forte base no processo madeireiro extrativista, o povoado prosperou mais que os municípios a que pertencia a ponto de sediar a administração de ambas as cidades. Foi destaque no processo histórico desencadeado pelos que lutavam pela emancipação, centenas de pioneiros oriundos de cidades do Espírito Santo, norte de Minas Gerais, do Sertão da Bahia e de outras regiões do país (IBGE, 2016).

A “indústria madeireira” revigorou o comércio e criou condições para o crescimento do setor de serviços. Além disso, estimulou o desenvolvimento social, tendo sido criadas diversas entidades como os clubes de serviços, lojas maçônicas, a CDL (então, Clube de Diretores Lojistas) e a ACIAE (Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Eunápolis). O desenvolvimento do turismo, também influenciou de forma positiva a economia do então povoado que supria Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália de quase tudo que necessitavam: móveis, alimentos, materiais de construção, peças, utensílios e uma infinidade de outros produtos. Assim, Eunápolis se firmou definitivamente como polo de negócios e principal centro fornecedor de toda a região. Devido a esse desenvolvimento acelerado na economia regional, diversas empresas locais se expandiram, abrindo filiais em outras cidades e povoados (GABRIEL NETO; FERNANDES FILHO; PRATA, 2015, p. 03).

A economia eunapolitana é influenciada, principalmente, pelos segmentos da indústria, comércio e serviços, conforme pesquisa realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Grandes empresas como Lojas Americanas, Atacadão e Cambuí Supermercados, movimentam o setor econômico do município.

O município atraiu a Veracel Celulose, empreendimento agroindustrial que integra operações florestais, industriais e de logística, que resultam em uma

produção anual média de 1,1 milhão de toneladas de celulose, gerando 2.904 empregos próprios e de terceiros (VERACEL, 2016).

Além disso, a infraestrutura da cidade é um atrativo para as empresas que podem contar com um distrito industrial, bem como a presença de bancos comerciais e de desenvolvimento. A cidade conta ainda com seis centros universitários público e privados, constituindo grande polo educacional na região, trazendo para si inúmeros estudantes residentes nas cidades vizinhas, principalmente, os de Porto Seguro, Itabela, Itagimirim, Itapebi e Itamaraju.

Eunápolis desenvolveu-se também na saúde, existindo no município um hospital público, o Hospital Geral de Eunápolis – HGE, e três privados, além de Clínicas e Centros médicos devidamente equipados, sendo alguns com aparelhos de última geração, o que o torna uma referência na região, atraindo a população circunvizinha.

A sua zona rural é bem próspera, com solos férteis e um relevo apropriado para o cultivo de mamão, café e pimenta-do-reino, dentre outras culturas, além de muito favorável para a criação de animais, na sua maioria, o gado bovino. O seu conjunto de qualidades atraiu a atenção da multinacional Varacel Celulose que adquiriu uma grande extensão de terras no município, desenvolvendo, assim, a cultura do Eucalipto na região o que, conseqüentemente, impulsionou a economia da cidade.

A questão fundiária eunapolitana é complexa. Devido a sua grande extensão de terras, a presença de movimentos sociais é intensa, o que culminou na constituição de cinco assentamentos. Porém devido a suas características fundiárias, onde os lotes são muito pequenos, o assentamento Roça do Povo não será objeto de estudo, devido ao fato de que, atualmente, já está sendo considerado um bairro de Eunápolis e não mais um assentamento.

Desta forma, decidiu-se por não proceder às análises deste assentamento em razão destas características de urbanização já adentradas, assim as análises foram desenvolvidas nos seguintes assentamentos:

1. **Associação Comunitária Terra Bahia**, um assentamento rural, localizado na região do Queimado, a 15 km do centro de Eunápolis. Está localizado na rodovia Prestes Maia, a aproximadamente 6 km da rodovia BR 101; com 28 famílias assentadas distribuídas em 25 lotes de 5 a 10 ha.
2. **Assentamento Santa Maria**, é um assentamento rural, localizado na BA 683- Eunápolis/Barrolândia-Ba, próximo ao Assentamento Maravilha, a 27 km do centro de Eunápolis; constituiu-se com 62 famílias assentadas em 62 lotes de, aproximadamente, 21 ha cada.
3. **Assentamento Maravilha** é um assentamento rural, localizado na rodovia BA- 683, no sentido Eunápolis/Belmonte, próximo a Usina Santa Cruz, a 28 km do centro de Eunápolis. Este é o maior assentamento do município de Eunápolis, possuindo 205 famílias assentadas em 205 lotes de 24 a 48 ha cada.
4. **Associação Agroindustrial dos Pequenos Agricultores do Município de Eunápolis- PRODUZIR** é um assentamento rural, localizado na rodovia BA 683- sentido Eunápolis/Belmonte, Km 07, a 17 km do centro de Eunápolis e a 7km da rodovia BR 101. Este assentamento está dividido em 20 lotes de 5 a 10 há cada, com 20 famílias assentadas.

3.2 ABORDAGEM QUALITATIVA

Na procura de informações sobre o município de Eunápolis e de seus assentamentos, procurou-se várias fontes de informações tais como o Sindicato Representativo dos Trabalhadores e a Secretaria de Meio Ambiente- SEMMA que, por seus representantes, muito contribuíram, apresentando pessoas com conhecimento que foram peças fundamentais para a elucidação de fatos e que acrescentaram informações relevantes para compreensão do contexto histórico e social do objeto pesquisado, qual seja, Eunápolis e seus assentamentos.

As visitas, com exceção dos Assentamentos Terra Bahia e Santa Maria, todas elas foram acompanhadas com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis, que nos apresentava e informava a razão da nossa visita. Esta participação do sindicato foi fundamental para a condução dos trabalhos, pois abriu as portas destes assentamentos diante das inquietações e desconfianças dos mesmos, decorrentes da transitoriedade política do momento.

Para perceber a real condição de assentado, dentro de uma visão amparada nos conceitos e princípios do desenvolvimento sustentável, fez-se necessária a realização de uma abordagem qualitativa que pudesse trazer elementos esclarecedores dos assuntos pesquisados. A escolha desse tipo de abordagem se deu pelo fato da pesquisa qualitativa estar mais próxima da compreensão dos valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, permitindo uma melhor apreensão dos modos como os sujeitos vivem e como percebem, pensam e sentem suas vivências, tomando como ponto de partida a expressão pessoal de tais processos.

Para desenvolver a pesquisa de cunho qualitativo, em um primeiro momento foi realizado um diagnóstico para conhecer e estudar as especificidades históricas, econômicas, ambientais e sociais das comunidades em questão. Esse diagnóstico foi realizado por meio de pesquisa documental e entrevistas aos moradores assentados, bem como dos seus representantes, os líderes das comunidades, que vivenciam cotidianamente a realidade local.

Após as devidas apresentações, as entrevistas começaram. No início, ainda desconfiados e medindo as palavras, os assentados iam relatando as suas histórias e experiências. Do meio para o fim, já descontraídos, conversavam normalmente, sem entraves, indo além das perguntas propostas, contando os seus sonhos, desencantos e perspectivas de futuro.

Em todo momento o trabalho contou tanto com a forma de observação espontânea, como de observação participante, como técnica para a coleta de dados junto aos líderes de cada assentamento e de seus assentados.

A proposta inicial era entrevistar exclusivamente os líderes de cada assentamento, identificando-os e colhendo as suas impressões sobre os assuntos propostos. No entanto, após a análise do espaço percebe-se a importância de colher informações também dos assentados, pois eram eles a essência e o reflexo de tudo que o que foi encontrado em cada assentamento.

A observação espontânea, segundo Gil (2010, p. 121), é adequada à fase inicial da pesquisa, quando o pesquisador, alheio à situação que pretende estudar, observa-a em busca de se familiarizar com o fenômeno pesquisado. Fez-se o uso da observação espontânea durante o período exploratório, em busca de identificar os questionamentos a serem instigados nas entrevistas, com a intenção de delimitar o recorte espacial e direcionar as demais técnicas investigativas.

Em seguida fez-se imprescindível preparar o terreno para coleta de dados a partir da observação participante com os líderes de cada assentamento. A observação participante, ainda de acordo com Gil (2010, p. 121), é realizada através da “participação real do pesquisador na vida da comunidade, da organização ou do grupo em que é realizada a pesquisa”.

A escolha dessa técnica se deu como forma de possibilitar uma maior aproximação com o objeto de estudo, permitindo o acompanhamento das experiências cotidianas e da variedade de situações que permeiam a vivência dos sujeitos da pesquisa, de modo a favorecer uma relação de familiaridade e uma melhor apreensão das informações a serem estudadas.

A percepção do espaço foi registrada em fotografias, nas quais se pôde constatar a veracidade das informações colhidas nas entrevistas. Estas, por sua vez, foram direcionadas por um questionário informativo, por meio do qual os entrevistados, de forma direta e objetiva, respondiam questões-chaves para a elucidação do tema proposto, qual seja a sustentabilidade social nos assentamentos de Eunápolis. O único assentamento que devido à diversidade de pessoas e conflitos de interesses a documentação fotográfica ficou prejudicada foi o assentamento Roça do Povo.

As informações necessárias consistiam, principalmente, na observação das associações existentes, nas culturas exploradas, na utilização ou não de defensivos químicos, na prática de queimadas, na existência ou não de uma área de preservação ambiental, na existência de escolas e postos de saúde, na frequência de atendimento médico, nas visitas dos agentes de saúde, na habitação e condições sanitárias de higiene, na água para o consumo, nos resíduos sólidos descartados e na infraestrutura de lazer.

3.3 A SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES PARA A ENTREVISTA

As entrevistas e os questionários foram aplicados a 40 assentados, sendo estes 10 de cada assentamento. A escolha dos entrevistados deu-se, primeiramente, com as lideranças (aqueles que participam do corpo constitutivo da Associação) e depois com os moradores das agrovilas, aqueles que foram encontrados, aleatoriamente, no momento da visita nos assentamentos e que se dispuseram a responder ao questionário.

Os líderes, por possuírem um domínio de compreensão e informações dos assentamentos, enquanto representantes destas comunidades, foram os principais protagonistas das entrevistas. A seleção das lideranças deu-se pela participação destes na associação, uma vez que, para ali estarem, foram escolhidos pela maioria dos assentados. A diretoria da associação foi identificada pelos seus pares como a liderança da comunidade. Em cada assentamento, a entrevista foi realizada com cinco líderes: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e representantes dos conselhos.

Diante da necessidade de aprofundar ainda mais o conteúdo e pela curiosidade de se compreender a percepção de vida, as necessidades e os projetos almejados pelos assentados, a entrevista estendeu-se também a eles, que foram escolhidos a participarem de forma aleatória, sendo a entrevista realizada com aqueles que surgiram e se prontificaram a ajudar. Na entrevista foi usado o mesmo questionário da entrevista das lideranças. Foram entrevistados cinco moradores por assentamento.

Assim os dados foram coletados tomando por base os documentos fornecidos pelos assentados, pelas entrevistas realizadas e, principalmente, pela observação direta e impressões adquiridas após a visita in loco de cunho exploratório.

Foi realizado também um amplo acervo fotográfico para uma melhor visualização e individualização de cada unidade comunitária, uma vez que os parâmetros de pesquisa estão respaldados na identificação da sustentabilidade econômica, ambiental e, principalmente, social nos assentamentos rurais de Eunápolis-Bahia.

A pesquisa teve como objetivo identificar se há nos assentamentos rurais de Eunápolis a promoção do Desenvolvimento Sustentável, em especial, a sustentabilidade social. Compreende-se a sua importância por entender que a terra além de um estereótipo de poder é também um meio de inclusão social. Ademais, o acesso à terra, oportunizado pelas políticas/reformas agrárias, gera uma transformação econômica, política e social que atinge a população beneficiária, gerando muitos efeitos positivos tanto nos planos municipais, como regionais.

O desafio almejado foi o de identificar nos assentamentos rurais do município de Eunápolis-Bahia o desenvolvimento social de seus assentados, conforme proposta inicial da política rural de reforma agrária. Para se alcançar o fator sustentabilidade social foi de extrema importância identificar antes a sustentabilidade econômica e ambiental de cada assentamento.

O desenvolvimento do estudo contemplou um diagnóstico da realidade vivenciada pelas famílias assentadas, as novas oportunidades que se abriram após o acesso à terra e os desafios a serem superados.

A fase inicial do diagnóstico deu-se com a individualização dos assentamentos, a sua localização e identidade. No município de Eunápolis existem muitos acampamentos de trabalhadores rurais sem terra. Inclusive alguns de grande porte, com mais de 800 famílias, como é o caso do acampamento 2 de Julho. Identificar os assentamentos teve a finalidade de delimitar a área a ser pesquisada.

A pesquisa subjetiva contemplou quatro etapas, a saber: reuniões com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis, reunião com os líderes de cada assentamento, um rápido diagnóstico participativo com alguns agricultores assentados e, por fim, a aplicação de questionários, sendo 10 para cada assentamento, totalizando 40 documentos investigativos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nessa seção são apresentados os resultados obtidos após processamento e análise dos dados e sistematização das informações documentais que foram disponibilizadas pelos assentados e órgãos visitados, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eunápolis e a Secretaria do Meio Ambiente de Eunápolis – SAMA.

Inicialmente são discutidas as informações alcançadas de forma individualizada por cada assentamento, por meio das quais se pretende apresentar as percepções obtidas nas visitas *in loco*, para depois proceder a uma análise das informações de forma agrupada, considerando todos os assentamentos.

4.1 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA TERRA BAHIA

A Associação Comunitária Terra Bahia é um assentamento rural, localizado na região do Queimado, a 15 km do centro de Eunápolis. Conforme pode ser observado na Figura 2, este assentamento está localizado na rodovia Prestes Maia, a aproximadamente 6 Km da Rodovia BR 101.

A sua constituição deu-se por meio de uma associação de trabalhadores rurais advindos do município de Teixeira de Freitas, Eunápolis e região. O início da sua formação há aproximadamente dez anos, deu-se quando um grupo de trabalhadores localizou um imóvel rural de 340 ha disponibilizado à venda. Avaliaram-se as prerrogativas, dentre elas as que a propriedade deveria ter água, energia elétrica e áreas com planícies para facilitar a divisão. Negociou-se previamente preço e condições e, em seguida, encaminhou a proposta munida de todos os documentos à Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA- da cidade de Salvador, que após longa análise da documentação, aprovaram-na e remeteram-na ao Banco do Nordeste para, então, ser financiada pelos trabalhadores rurais, com uma carência mínima de três anos.

Após a entrega oficial da propriedade e feita a divisão dos lotes, organizou-se a associação que, enquanto pessoa jurídica, já existia, tendo sido constituída no município de Teixeira de Freitas e trazida para Eunápolis, juntamente com algumas famílias que posteriormente receberam a sua gleba de terra.

Na Figura 2, observa-se que as casas dos assentados estão dispostas em duas linhas aproximadamente perpendiculares e bem perto da rodovia Prestes Maia, desalinhada a esta estrutura das casas pode-se observar a presença da escola municipal. Neste assentamento os seus moradores precisam se deslocar até seus respectivos lotes para desenvolver suas atividades produtivas.

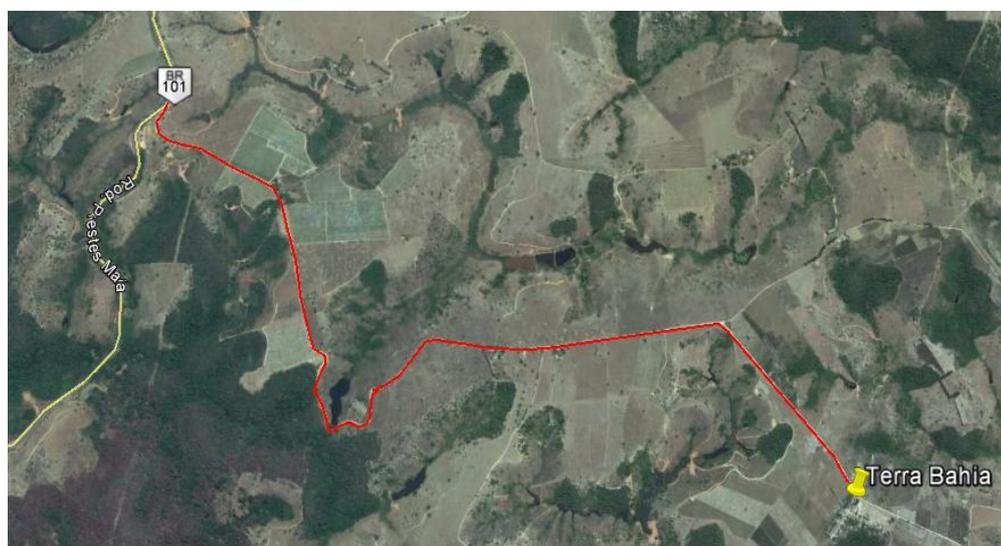


Figura 2: Imagem (sem escala) mostrando a localização do Assentamento Terra Bahia
Fonte: Google Earth (acesso em 01 de setembro de 2016)

O assentamento iniciou-se com 28 famílias assentadas, distribuídas em 25 lotes de 5 a 10ha. O perfil dos assentados na Associação Comunitária Terra Bahia é o de pessoas numa faixa etária entre 0 a 75 anos, que levam a vida com simplicidade, como se observa na Figura 3, crianças e jovens (Figura 3A), adultos (Figura 3B) e idosos (Figuras 3C e 3D). Alguns já tiveram pequenas propriedades rurais e/ou já trabalharam como meeiros em outras propriedades da região. Embora o assentamento esteja no município de Eunápolis, muito dos seus integrantes assentados são de outros municípios, como o de Teixeira de Freitas, por exemplo, porém todos eles no estado da Bahia.



Figura 3: Fotos identificando algumas características dos moradores, crianças e jovens (A) Adultos (B) e Idosos (C e D) da Associação Comunitária Terra Bahia
 Fonte: Fotos do Autor

As principais atividades econômicas neste assentamento são o cultivo do café, da pimenta do reino e da mandioca, mas possuem outras atividades secundárias como a criação de gado bovino, a criação de galináceos, o cultivo de bananas e hortaliças. Como se pode observar na Figura 4, a lavoura de café apresentava-se com razoável carga de grãos (Figura 4A), os galináceos são criados em alguns casos soltos nos terreiros das casas (Figura 4B).



Figura 4: Detalhe da carga do cafeeiros (A) e da criação de galináceos (B)
Fonte: Fotos do Autor

Alguns assentados dedicaram-se ao cultivo da mandioca, inclusive neste assentamento existem duas farinheiras em plena atividade (Figura 5), cuja produção é vendida para o consumo interno da comunidade e para as feiras livres dos municípios de Eunápolis e Itabela. As farinheiras pertencem a assentados distintos, estando cada uma delas nos lotes de seus respectivos donos. A atividade de descascar as mandiocas é das mulheres (Figura 5A) e o trabalho mais pesado do processamento é executado por homens (Figura5B). A mandioca utilizada para a fabricação da farinha é a produzida nos respectivos lotes e, muitas vezes, adquiridas dos lotes vizinhos.

Cada assentado tem o controle e independência sobre a sua gleba de terra. Assim sendo, a venda da produção é realizada de acordo com a sua própria conveniência. Alguns vendem a sua produção para atravessadores que vão até o assentamento, outros vendem para o município de Itabela.



Figura 5: Detalhe de uma farinheira, mostrando trabalhadores, homens e mulheres, no processamento da mandioca, equipamento de descasque inicial das mandiocas (A) e atividade feminina na seleção e termino do descasque (B).
Fonte: Fotos do Autor

A localização do assentamento, próximo à BR 101, facilita esse acesso aos municípios, bem como aos atravessadores os quais se dirigem ao assentamento para comprar os produtos, estes, na sua maioria, hortaliças, farinha, pimenta e galináceos, tendo seu destino às feiras livres dos municípios vizinhos.

A forma de organização estrutural da Associação Comunitária Terra Bahia é condizente com o padrão estabelecido e desejado pelo INCRA e pelas lideranças de movimentos sociais, qual seja a de uma unidade produtiva e com rentabilidade suficiente para proporcionar uma vida digna aos seus assentados. Há uma eficiência econômica visivelmente constatada e uma perspectiva de crescimento iminente.

A Associação Comunitária Terra Bahia possui uma área de reserva legal, destinada à preservação ambiental. Os assentados possuem uma conscientização quanto à necessidade de cuidar do espaço onde vivem da natureza e, principalmente, de preservar os seus recursos hídricos. A maioria dos assentados utiliza defensivos químicos nas suas lavouras, mas cuidam do descarte das embalagens segundo orientações das empresas revendedoras. Apesar da maioria deles devolverem as embalagens para as lojas, alguns ainda as descartam no lixo doméstico e outros deixam na própria lavoura para depois descartá-la.

A prática de queimadas, na fase inicial do preparo do solo para o plantio, ainda é utilizada no assentamento. Mas, vem sendo substituída por novas técnicas de plantios trazidas por outros produtores da região. Observa-se uma boa receptividade por parte dos assentados para as novas tecnologias, todavia, os recursos não são suficientes para a sua implantação. É visível a necessidade e o desejo de aumentar a produção, mas sem prejudicar o meio ambiente.

Neste assentamento a maioria das casas é de alvenaria, mais ainda, como se pode observar na Figura 6, em algumas delas existe partes construídas com tábuas serradas. Observa-se, ainda, que essas casas não possuem reboco nas paredes externas e outras que, mesmo com reboco, não estão pintadas (Figura 6B e 6C). Verifica-se também, que neste assentamento já possui energia elétrica e que todas as residências possuem ligação de energia.

Na Figura 6A e 6C pode-se verificar que existem algumas casas com paredes externas já com reboco e pintura. Observa-se, também, que alguns assentados já possuem veículo automotor (Figuras 6C e 6D), que na sua maioria são utilizados para atividades diversas e passeio dos assentados. Na agrovila foi detectado também um assentado que também atua como taxista. Ele trabalha numa Praça em Eunápolis, mas presta serviços, também, à comunidade.



Figura 6: Vista parcial de trecho de ruas do assentamento Associação Terra Bahia, mostrando casas com reboco e pintura (A) casas somente entijoladas (B) veículos de passeio e de carga (C e D) pertencentes a moradores

Fonte: Fotos do Autor

As residências possuem um mesmo padrão, conforme se observa na Figura 7. Todas com dois quartos, tendo algumas com três quartos (Figura 7A), banheiro (Figura 7B) sala (Figura 7C e 7D) e cozinha (Figura 7E) e um forno na área externa (Figura 7F). A cozinha com mesa e cadeiras, geladeira, fogão a gás e armários; a sala com sofá e televisão e nos quartos, camas e guarda roupa. Algumas casas possuem além da cozinha no interior da casa uma outra nos fundos, com fogão e forno a lenha (Figura 7E e 7F), utilizados para fazer biscoitos que são consumidos na própria família e/ou levados para a feira livre de Eunápolis para serem comercializados, gerando desta forma uma fonte de renda familiar.



Figura 7: Fotos identificando algumas características de uma das residências típicas do assentamento Associação Terra Bahia: Quarto (Figura 7A); banheiro (Figura 7B); sala (Figura 7C e 7D); cozinha externa (Figura 7E e 7F)
Fonte: Fotos do Autor

Foi observado que não há saneamento estruturado e sim fossas para as quais são escoados os dejetos humanos. Os resíduos sólidos são coletados pela

prefeitura municipal de Eunápolis uma vez a cada quinze dias. Neste intervalo de tempo, o lixo é armazenado cuidadosamente nos quintais das casas. A iluminação utilizada nas residências advém da energia elétrica

A água que abastece as residências vem de um poço artesiano construído para essa finalidade, conforme se observa na Figura 8. Normalmente os assentados não tratam a água para seu consumo. Poucos deles adotam a prática de filtrar ou ferver ou até mesmo adicionar hipoclorito de sódio à água de consumo direto. Há entre eles um consenso de que a água do poço é de boa qualidade para o consumo em geral.



Figura 8: Vista parcial dos reservatórios abastecidos com a água do poço artesiano do assentamento Associação Terra Bahia.
Fonte: Foto do Autor

A educação das crianças e jovens é uma preocupação das lideranças quanto à sua formação e perspectivas de futuro. Já existe na agrovila uma escola municipal - Figura 9, a qual oferece os cursos de alfabetização e Fundamental I e II. Os jovens que necessitam cursar o ensino médio precisam se dirigir ao município de Eunápolis, uma vez que a escola do assentamento não oferece esse curso.

O prédio escolar foi construído pela municipalidade (Figura 9). Apresenta salas bem conservadas e limpas, além disso, existe uma cozinha e um espaço para as refeições. Quanto ao espaço para lazer e recreação das crianças ele é pequeno.



Figura 9: Vista frontal da Escola Municipal Renascer, localizada no assentamento Terra Bahia
Fonte: Foto do Autor

A situação mais crítica encontrada no assentamento é a relacionada à saúde. Apesar de a agrovila possuir um espaço que eles mesmos prepararam para receberem médicos e enfermeiros que vierem prestar serviços ali, não existe no assentamento atendimento médico, atendimento para os primeiros socorros e nem mesmo recebem visitas de um agente de saúde. Sempre que algum assentado necessita de cuidados médicos estes precisam ser encaminhados ao município de Eunápolis. Esta é uma das constantes negociações das lideranças com as autoridades políticas do município de Eunápolis, prefeitos e secretários de saúde, para que eles disponibilizem profissionais habilitados para prestarem atendimento básico de saúde na própria comunidade.

Embora de vida simples, os assentados da Associação Comunitária Terra Bahia apreciam a interação comunitária. No assentamento há um campo de futebol no qual algumas partidas acontecem, normalmente nos dias de domingo. Observou-se também uma igreja evangélica da Assembleia de Deus (Figura 10A) e verificou-se que está em construção uma igreja Católica a qual fica ao lado do poço artesiano, como se observa na Figura 10B.



Figura 10: Igreja Protestante Assembleia de Deus (A) e Igreja Católica ainda em construção (B).
Fonte: Fotos do Autor

É nítida a qualidade de vida desses assentados quanto à moradia e convivência social, tais como integração, educação e possibilidades de subsistência. Ao serem entrevistados eles faziam questão de relatar o que era a vida antes e o que é a sua vida agora, depois de assentados: “Não existe luxo, mas não falta o pão de cada dia. Coisa que a gente não tinha quando estava na barraca”, disse o Sr. Arlindo Alves de Araújo, trabalhador rural de 59 anos, residente na agrovila. Muitos desses agricultores já possuem seu meio de transporte, como carros, motos e bicicletas. Apesar de alguns conflitos internos, acreditam ser o assentamento um lugar tranquilo para se viver e criar os filhos.

4. 2 ASSENTAMENTO SANTA MARIA

O Assentamento Santa Maria é um assentamento rural, localizado na BA 683-Eunápolis/Barrolândia, próximo ao Assentamento Maravilha, a 27 km do centro de Eunápolis. Tem a sua formação numa associação de trabalhadores rurais constituída no ano de 2003, por agricultores advindos da região de Eunápolis e de municípios circunvizinhos.

Como se podem observar na Figura 11 as residências dos assentados estão dispostas de maneira a formar pequenas quadras e facilita a circulação entre elas. Observa-se, também, que estas quadras estão dispostas no entorno do campo de futebol. Ainda pode-se chamar a atenção para sua proximidade com a rodovia.



Figura 11: Imagem (S/ escala) da vista aérea do Assentamento Santa Maria com destaque para a sua localização próximo à BA 683.

Fonte: Google Earth (Acesso em 01 set. 2016)

Este assentamento está situado numa área de planície, com terras relativamente boas, mas não tão farta em água. A sua formação constituiu-se com 62 famílias assentadas em 62 lotes de, aproximadamente, 21 ha cada. O Assentamento Santa Maria foi criado a partir da desapropriação de uma fazenda improdutiva, assim identificada pelo INCRA e por este desapropriada para fins de Reforma Agrária. A fazenda que originou o assentamento tinha uma área total de 1716 ha. Destes, uma área de aproximadamente 1313 ha foi dividida e entregue a 62 famílias, que ficaram acampadas por três anos, que foi o período de regularização e entrega dos lotes. A área remanescente foi destinada à reserva ambiental.

Após assumirem a titularidade de suas terras, no ano de 2005, constituíram a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Santa Maria, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 08.080.953/0001-19. A associação possui um Estatuto devidamente registrado, um regimento interno e um regimento

de conduta, acessíveis a todos os associados. A representação dos associados é feita por família, que elege um dos seus para representá-los nas reuniões, com livre exercício do voto.

Alguns dos assentados tiveram acesso ao “Fomento” – direito de lona -, recurso federal destinado à compra de utensílios domésticos, móveis, gado, caprinos, etc. Este recurso veio no montante de R\$ 3.350,00 (três mil trezentos e cinquenta reais) por família. O assentamento também foi agraciado com os recursos do SICS – financiamento à fundo perdido destinado a compra de gado e mudas de café, coco e pupunha. Há uma fiscalização do uso desses recursos que é feita por um técnico e um fiscal do banco.

Neste Assentamento também foi criada a Associação de Mulheres Trabalhadoras e Empreendedoras Rurais do PA Santa Maria. É uma associação composta só de mulheres que tem por finalidade venderem os produtos por elas produzidos e/ou confeccionados.

Verificou-se que os assentados do Assentamento Santa Maria são pessoas dispostas, que buscam constantes melhorias para a suas vidas. Estão numa faixa etária entre 0 a 70 anos, sendo que alguns já tiveram pequenas propriedades rurais e/ou já trabalharam como meeiros em outras propriedades da região, inclusive alguns são filhos ou parentes próximos de alguns assentados do Assentamento Projeto Maravilha.

Tem como principal cultura econômica o abacaxi, como se observa na Figura 12A, a mandioca (Figura 12B) e o café, além da pecuária de leite. Segundo os assentados a produção é boa, no entanto, eles têm uma grande dificuldade de armazenar e escoar os produtos. Por esta razão, compreendem a necessidade de se constituir uma cooperativa.

Como se pode observar na Figura 12A, o plantio do abacaxi apresenta uma área apreciável. A lavoura apresentada nesta Figura, já estava em seu estágio final do ciclo.



Figura 12: : Plantação de abacaxi (A) e de mandioca (B) do Assentamento Santa Maria
Fonte: Fotos do Autor (abacaxi); e foto do jornal nossacara.com

Conforme informado pelos assentados, a venda da produção é realizada dentro da própria comunidade para os assentados, alguns produtos são comercializados no município de Eunápolis e parte são vendidos a atravessadores que vão até o assentamento buscar a produção.

Como a área individual de cada lote é de, aproximadamente, 21 ha, isto permitiu que os produtores desenvolvessem as atividades agropecuárias. Na Figura 13 podem ser observadas as características do gado e da pastagem, nas proximidades do assentamento. Devido a falta de chuva, a pastagem encontra-se seca e o gado já sentindo a falta alimento. A pecuária no assentamento apresenta um perfil de crescimento, devido aos projetos ali desenvolvidos, como, por exemplo, o Projeto Balde Cheio de iniciativa do Governo Federal.

Alguns poucos produtores, principalmente os produtores de abacaxi e hortaliças, utilizam defensivos químicos, cujos vasos são devolvidos junto à revenda. Este fato mostra que estes produtores estão conscientes da importância da devolução destes recipientes, respeitando as questões ambientais. Além disto, verificou-se que neste assentamento os produtores não têm o hábito de praticar queimadas para a preparação prévia do solo no assentamento.



Figura 13: Detalhe da criação de gado bovino (A) e da pastagem (B) para a produção e venda do leite
Fonte: Fotos do Autor

Como se pode observar na Figura 14, as casas são de alvenaria, com reboco e em sua maioria com paredes externas apresentando pintura. No seu interior são mobiliadas com simplicidade, possuem, na sua maioria, mais de dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Observa-se também rede de energia elétrica para iluminação das ruas e os padrões de energia na frente das residências.

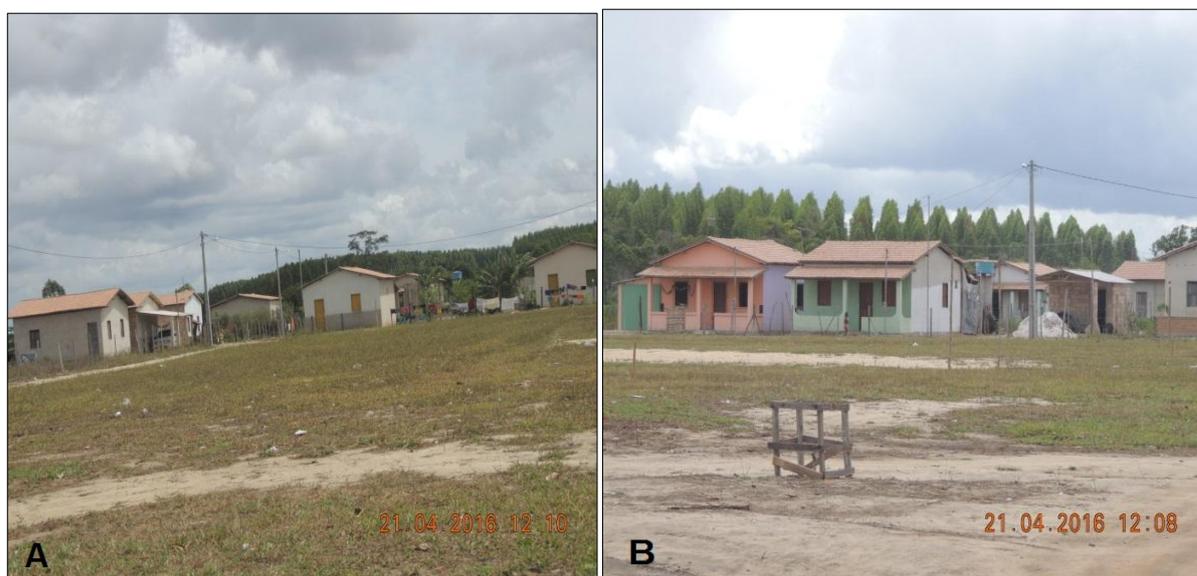


Figura 14: vista parcial das casas da Agrovila do Assentamento Santa Maria, mostrando casas com reboco parente e com pintura (A) e casa em fase de reforma e/ou ampliação (B).
Fonte: Fotos do Autor

A única forma de lazer coletivo existente no assentamento é um campo de futebol no qual constantemente são promovidos torneios entre os assentados vizinhos e outras comunidades da região. Este campo, além de promover o lazer das comunidades, promove a integração entre elas.

A iluminação utilizada nas residências é de energia elétrica, que também se estende na parte externa, com vários postes distribuídos estrategicamente, proporcionando uma boa iluminação à noite (Figura 15 A e 15B). Não há saneamento básico no assentamento, os dejetos humanos são dirigidos à fossa.



Figura 15: Fotos parcial da iluminação das ruas (A e B) e de um padrão de energia (A) das residências da Agrovila
Fonte: Fotos do Autor

Com relação aos resíduos sólidos produzidos pelos moradores da agrovila, verificou-se que a prefeitura municipal passa nesta comunidade uma vez por semana, aos sábados, para recolhimento dos mesmos. Assim, durante a semana, cada morador guarda seu lixo para neste dia disponibilizá-lo para recolhimento. No caminhar pela agrovila não se percebeu lixo jogado nas vielas. O que vem a demonstrar que os moradores são zelosos quanto a disposição de seus resíduos

Observou-se que o sistema de abastecimento de água do assentamento é suficiente para atender a demanda do cotidiano. A água para o abastecimento da agrovila é proveniente de um poço artesiano que foi projetado e construído como

parte do desenvolvimento do projeto desta agrovila. Na Figura 16 pode-se observar dois reservatórios destinados ao abastecimento de água. Embora seja uma água limpa, observou-se que os moradores têm alguns cuidados para o seu consumo, a maioria dos assentados usam o filtro de barro para o tratamento e posterior consumo da água.



Figura 16: Vista dos dois reservatórios de água destinado ao abastecimento das residências da agrovila.

Fonte: Fotos do Autor

Nesta agrovila não há atendimento médico e ambulatorial, nem atendimento de primeiros socorros. Em casos de emergência os assentados precisam se dirigir ao município de Eunápolis. No entanto, uma vez por mês recebem a visita de um agente de saúde o qual dá assistência aos idosos, crianças e gestantes, além de assistirem os assentados quanto aos programas de combate à dengue.

A comunidade ainda não recebeu nenhuma estrutura para atender as necessidades de educação de seus moradores. As crianças, jovens e adultos que desejam estudar dirigem-se ao assentamento vizinho, o Projeto Maravilha, distante a três quilômetros, que possui estrutura para receber os alunos de alfabetização e do ensino fundamental. Os jovens que estão cursando o ensino médio precisam se deslocar até ao município de Eunápolis para estudar.

Os assentados do Santa Maria são religiosos. Foi constatado no assentamento que há no assentamento uma igreja Católica, na qual a comunidade se reúne nos dias de missa. Apesar do espaço da igreja ser pequeno como mostra a Figura 17, muitas das vezes é também usado para algumas comemorações realizadas no assentamento, como também tem sido utilizada para a realizar as reuniões das associações.



Figura 17: Foto da Igreja Católica do Assentamento, mostrando em perspectiva a sua pequena dimensão física.

Fonte: Fotos do Autor

4.3 ASSENTAMENTO PROJETO MARAVILHA

O Assentamento Projeto Maravilha é um assentamento rural, localizado na rodovia BA- 683, no sentido Eunápolis/Belmonte, próximo a Usina Santa Cruz, a 28 km do centro de Eunápolis. Este é o maior assentamento do município de Eunápolis, possuindo 205 famílias assentadas em 205 lotes de 24 a 48 ha cada.

Observe na Figura 18 que esta agrovila fica paralela à rodovia e que as residências estão dispostas de maneira a formar pequenas quadras. Nesta figura

pode-se identificar o ginásio de esportes (construção em azul), ao seu lado a escola municipal e o campo de futebol um pouco mais afastado. Como as residências dos assentados do projeto ficam dispostas a formar uma agrovila, estes precisam se deslocar até seus lotes para desenvolver suas atividades laborais.



Figura 18: Imagem (S/ escala) da vista aérea da agrovila do Assentamento Projeto Maravilha, com destaque para a sua localização próximo à BA 683.
Fonte: Google Earth (Acesso em 01 de setembro de 2016)

Este assentamento foi constituído a partir de uma desapropriação de terra para fins de reforma agrária. Embora a ocupação da propriedade tenha se dado no ano de 1988, a legalização do assentamento deu-se em 1995. Tem uma agrovila bem estruturada e os lotes destinados à agricultura familiar são bem definidos, em terras férteis de pouco relevo, com vegetação nativa e com um bom manancial de águas.

Há no assentamento duas Associações: a APLAFRAN, que é a associação dos assentados e a PROCAFE- Associação dos Produtores de Café do Projeto Maravilha, que é uma Associação Privada de Eunápolis – BA, pessoa jurídica de direito privado, fundada em 30/09/2010, inscrita no CNPJ nº 12.881.877/0001-18. Tem como objetivo as atividades de associações de defesa de Direitos Sociais. São associações atuantes, que envolvem toda a comunidade assentada.

Os dirigentes das associações são pessoas politizadas que conseguem desenvolver o seu papel social perante os demais associados e assentados. Não existe no assentamento uma cooperativa, mas já existe um grupo que entende ser esta necessária para alavancar o escoamento da produção, procurar novos compradores e negociar preços.

Devido a sua extensão territorial e quantidade de pequenos núcleos familiares, muitas culturas são desenvolvidas no Assentamento Projeto Maravilha, destacando-se a plantação de abacaxi como mostra a Figura 19, sendo o maior produtor desta fruta na região do sul e extremo sul do Estado.



Figura19: Foto mostrando detalhes da lavoura de abacaxi, cultivada dentro do assentamento
Fonte: Fotos do Autor.

Além do cultivo do abacaxi, destaca-se a criação de gado bovino, como se observa na Figura 20A e suínos (Figura 20B). Em menor expressão identificou-se que algumas propriedades dedicam-se à criação de galinhas e o cultivo do café, sendo este em menor quantidade.



Figura 20: Fotos da criação de gado bovino e suínos
Fonte: Fotos do Autor.

Devido a sua estrutura fundiária e quantidade de famílias assentadas, é perceptível no assentamento Projeto Maravilha a heterogeneidade quanto ao tamanho e grau de desenvolvimento dos lotes. Alguns deles apresentam-se bem estruturados, como o apresentado na Figura 21. Neste lote, a família se dedica à pecuária leiteira. Foi identificado que possuem sistema de ordenha mecanizada (Figura 21A e 21D) e um sistema de resfriamento de leite (Figura 21B). Além disso, possui pasto irrigado, o que garante boa produção de leite no período de entressafra (Figura 21C).

Muitas são as formas de escoar a produção, dentre elas a venda na própria comunidade, para os próprios assentados, a venda para o município de Eunápolis e Belmonte, e para os atravessadores que se dirigem ao assentamento para comprar os produtos.



Figura 21: Fotos do curral (A), resfriador de leite (B), pasto irrigado (C) e ordenha mecânica (D) de um dos lotes do assentamento Projeto Maravilha.

Fonte: Fotos do Autor

Por outro lado, próximos aos lotes de grande prosperidade existem lotes em estado de precariedade, beirando ao abandono, conforme se observa na Figura 22A. Neles não há plantios, as roças estão encapoeiradas, sem rentabilidade alguma. Nestes lotes existem casas e alvenaria contrastando com as taipa (Figura 22B). Mas, mesmo as de alvenaria deixa evidenciado o grau de dificuldade e pobreza.

Percebe-se que o desenvolvimento diferenciado dos lotes deve-se, principalmente, à falta de assistência e má gestão dos assentados, que não conseguem desenvolver à sua produção ou criação no assentamento. Não

prosperam por não buscarem as oportunidades e recursos disponibilizados pelo Governo Federal, mediante as políticas públicas, o que afeta diretamente na qualidade das sementes, das mudas e matrizes, ou até mesmo, por não conseguirem bons preços na fase de comercialização dos produtos.



Figura 22: Fotos de um dos lotes do assentamento Projeto Maravilha beirando ao abandono.
Fonte: Fotos do Autor

Cada uma das 205 famílias tem a sua técnica de plantio, dependendo da cultura que cultiva. A grande maioria dos produtores utiliza defensivos químicos nas lavouras. As embalagens vazias normalmente são devolvidas junto à revenda, queimadas ou enterradas na lavoura. Verificou-se também que alguns produtores ainda usam a técnica de queimada para limpar os pastos. Isto conota ainda alguns descasos para com o meio ambiente.

Verificou-se que no assentamento Projeto Maravilha existe uma área reservada para a preservação ambiental. Observou-se a existência de uma compreensão entre os assentados, muito disseminada nas reuniões das associações, do dever de cuidar e preservar o meio ambiente, o que se leva muito à sério neste assentamento. Mas, as exceções também existem. Poucas, mas presentes, como o mencionado quanto ao fogo e enterro dos vasilhames dos defensivos nas lavouras.

Tanto as casas residenciais como as de comércio são construídas com tijolos, conforme se observa na Figura 23A, algumas já rebocadas e em muitas foram constatados piso. A maioria das casas tem aparelhos de TV, cujo sinal é bom, sendo que muitas têm antenas parabólicas e, algumas, sistema por satélite (Figura 23B).

A iluminação da agrovila e da zona rural advém da energia elétrica. As ruas são de terra batida e de qualidade muito ruim, conforme retratam as Figuras 23A, 23B, 23C e 23D, pois possuem muitos buracos por todos os lados. Quando chove, a locomoção dos transeuntes fica muito mais difícil.

A agrovila do Assentamento Projeto Maravilha é bem desenvolvida, com casas, lojas de roupas (Figura 23E), minimercados, igrejas, bares, escolas, posto policial e um posto de saúde. A estrutura urbana é bem movimentada, pois além dos assentados que ali residem, a agrovila fica às margens da rodovia BA-683, no sentido Eunápolis/Belmonte, e, por este motivo, é ponto de parada para muitos viajantes.

Verificou-se que neste assentamento não existe infraestrutura de coleta de esgoto e, desta forma, os dejetos humanos são direcionados à fossas sépticas, construídas em cada residência. A água consumida no assentamento é proveniente de um reservatório abastecido por um poço artesiano (Figura 24). Esta água é distribuída sem nenhum tratamento prévio e por esta causa muitos cuidam de filtrar ou ferver para só depois fazer consumo da mesma, entretanto, existem os que não fazem tratamento algum, não se preocupando com a qualidade da mesma.



Figura 23: Fotos mostrando alguns detalhes da agrovila: casas (A), TV por parabólica (B), as ruas em chão batido (C), ônibus escolar (D) e comércio local (E)

Fonte: Fotos do Autor



Figura 24: Foto castelo d'água do poço artesiano da agrovila do Assentamento Projeto Maravilha
Fonte: Foto do Autor

Os assentados do Projeto Maravilha, na sua grande maioria, são religiosos. Na agrovila existem duas Igrejas, a Adventista do Sétimo Dia (Figura 25A) e a Igreja Católica (Figura 25B). A comunidade católica tem como Padroeiro o Sagrado Coração de Jesus e sempre em julho ocorrem as festividades pelo seu dia, momento no qual muitas famílias de Eunápolis, Belmonte e região juntam-se a eles. A comunidade protestante também é muito atuante e como a católica também tem as suas datas festivas, nas quais confraternizam com a comunidade.



Figura 25: Fotos da Igreja Adventista do Sétimo Dia (A) e da Igreja Católica (B)
Fonte: Fotos do Autor

O atendimento de saúde no assentamento é bem definido e padronizado. O governo municipal atende os assentados enviando um médico ao posto de saúde, recém-inaugurado (Figura 26), a cada dois dias na semana. Apesar da existência do posto de saúde, os casos de urgência e emergência são levados para a cidade de Eunápolis-Ba, uma vez que este posto de saúde não possui condições para tais atendimentos. No posto de saúde a natureza do atendimento é apenas de saúde preventiva.

O assentamento é atendido também por agentes de saúde que atendem a comunidade diariamente. Estes agentes de saúde atuam principalmente no combate às epidemias e na vacinação das crianças. Foi constatado que existe, inclusive, uma agente de saúde com 72 anos e que lá reside há vinte e quatro, ou seja, já residia no local mesmo antes dele ter sido criado oficialmente.



Figura 26: Posto de Saúde do Assentamento Projeto Maravilha mostrando a movimentação de pessoas à procura de atendimento médico
Fonte: Foto do Autor

O assentamento é atendido por três escolas municipais que oferecem cursos de alfabetização e de ensino fundamental. A maior delas é a Escola Municipal Gilberto Pereira Abade, conforme retrata a Figura 27, que oferece os cursos de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – Supletivo. A sua estrutura

física é composta de oito salas de aulas (Figura 27C), sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, cozinha/cantina, biblioteca (Figura 27D), dois banheiros, uma sala de despensa e um pátio aberto, cuja vista parcial e alguns detalhes são apresentados na Figura 27C.



Figura 27: Fotos de algumas partes internas e externas da Escola Municipal Gilberto Pereira Abade Placa da fundação da escola (A) vista da fachada (B) d pátio externo (C) e da biblioteca (D)
Fonte: Fotos do Autor

As outras duas escolas também municipais são as Nelsio Maria Santos (Figura 28A) e a Escola Municipal Unida-Maravilha (Figura 28B), ambas oferecendo cursos de Educação Infantil e Fundamental. São escolas de pequeno porte, sem muito espaço interno.



Figura 28: Fotos da parte externa das Escolas Municipais Nelsio Maria (A) Santos e Unida-Maravilha (B).

Fonte: Fotos do Autor

As escolas desta agrovila também recebem alunos advindos de outras localidades. Estes alunos são transportados por ônibus municipais, financiados pelo Governo Federal através do programa “Caminhos da Escola” (Figuras 29A e 29B). Porém os alunos que desejam cursar o ensino médio precisam se deslocar até o município de Eunápolis para estudarem.



Figura 29: Fotos dos ônibus escolares na zona rural do assentamento Projeto Maravilha, utilizados para transportar os estudantes

Fonte: Fotos do Autor

Por estar localizado na zona rural, às margens de uma rodovia e pelo seu número crescente de moradores, o Assentamento Projeto Maravilha presencia constantemente atos de violência. As drogas chegaram ao assentamento e em razão dela muitos dependentes químicos promovem atos de agressão aos moradores da agrovila. São comuns os roubos, furtos, assédios, agressões físicas e, até mesmo, homicídios. Para preservar a ordem e promover a segurança dos assentados, foi instalado um Posto Policial (Figura 30) que está desativado há mais de três anos por falta de efetivo, segundo a explicação do Governo do Estado, repassada aos assentados.



Figura 30: Foto do Posto Policial do assentamento Projeto Maravilha fechado há mais de três anos
Fonte: Foto do Autor

Os assentados do Assentamento Projeto Maravilha têm algumas opções de lazer na agrovila. Existe campo de futebol, no qual são realizados torneios com times vindos de outros assentamentos, do município de Eunápolis e de outras comunidades vizinhas. Existe também uma quadra poliesportiva construída pelo governo municipal (Figura 31), que atende os alunos das escolas, principalmente nas aulas de Educação Física. Esta quadra, muitas vezes também é utilizada pela comunidade quando promovem encontros ou festas.



Figura 31: Foto identificando a quadra esportiva do assentamento Projeto Maravilha
Fonte: Foto do Autor

4.4 ASSOCIAÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS PEQUENOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE EUNÁPOLIS - PRODUIR

A Associação Agroindustrial dos Pequenos Agricultores do Município de Eunápolis - Produzir - é um assentamento rural, localizado na rodovia BA 683-sentido Eunápolis/Belmonte, Km 07, a 17 km do centro de Eunápolis e a 7 km da rodovia BR 101. Este assentamento está dividido em 20 lotes de 5 a 10 ha cada. O seu reconhecimento ocorreu mediante a Portaria/INCRA/SR-05/Nº 68, de 14 de dezembro de 1988, publicada no Diário Oficial da União número 243 de 18 de dezembro de 1988. Quatro anos mais tarde foi reconhecido pela Câmara Municipal de Eunápolis como utilidade pública.

A sua constituição deu-se pelo financiamento da terra pelo governo do Estado, através do Banco do Nordeste, pelo qual os assentados assumiram o compromisso de valores correspondentes aos seus lotes, para posterior quitação. O financiamento foi feito em 20 anos, tendo dois anos de carência. Os lotes foram

entregues às famílias que já estavam inscritas no INCRA e já se encontravam acampadas em suas redondezas há mais de três anos.

Há por parte dos assentados uma compreensão da necessidade de estarem unidos e representados por uma associação, pois devido ao fato de ser um grupo de 20 famílias, a população do assentamento é pequena e composta de trabalhadores rurais que se dedicam ao cultivo das lavouras e criações. Eles são de natureza humilde e por isto não possuem conhecimento suficiente para reivindicarem seus direitos perante os órgãos públicos e privados de forma individualizada.

O perfil das famílias que integram esse assentamento é o de trabalhadores rurais que moravam nos bairros periféricos da cidade de Eunápolis, que vivem exclusivamente da atividade rural e buscam sempre diversificar a produção, resistindo à cultura da monocultura, muito comum naquela região.

Embora pequena, a agrovila é bem organizada. Na Figura 32 percebe-se que as casas estão dispostas em semicírculo, com uma área coletiva ao centro, como se fosse uma praça, a qual normalmente é utilizada para recreação, principalmente das crianças e para os eventos festivos. Desta forma os assentados precisam se deslocar até seus respectivos lotes para cuidarem de sua produção. Verifica-se também, nesta figura, pequena parte de uma reserva florestal próxima à agrovila.



Figura 32: Imagem (sem escala) de satélite identificando a agrovila do assentamento da Associação Agroindustrial Produzir.

Fonte: Google Earth (acesso em 01 de setembro de 2016)

A agrovila encontra-se há poucos metros da rodovia BA 683, o que facilita em muito o acesso a meios de transportes coletivos e até mesmo ao escoamento da produção. Do lado oposto à agrovila, depois da rodovia, existe uma propriedade privada, vizinha ao assentamento. A política da boa vizinhança prevalece, nunca foi registrado nenhum conflito envolvendo proprietários de fazendas e assentados do Assentamento Produzir.

As casas são de tijolos, com reboco e piso, estando à maioria já com pintura externa (Figura 33A). São elas de dois a três quartos, com cozinha, sala e banheiro. As mulheres normalmente enfeitam as suas casas com plantas ornamentais (Figura 33B).



Figura 33: Fotos com alguns detalhes das casas da agrovila do assentamento Produzir detalhe das casas de alvenaria (A); plantas ornamentais (B)
Fonte: Fotos do Autor

As mulheres da agrovila cultivam plantas ornamentais com as quais embelezam as suas casas, conforme se observa na Figura 34, além de ter nos seus quintais pequenas hortas, cujo cultivo se restringe a alguns temperos, legumes, verduras e de plantas medicinais, utilizadas para o consumo familiar.

Observa-se, ainda, que o rendimento advindo das plantações de hortaliças possibilitou a alguns moradores a oportunidade de adquirirem veículos automotores, para melhor se locomoverem, como a aquisição de motos, por exemplo.



Figura 34: Foto do cultivo de plantas ornamentais realizado no assentamento Produzir e moto.
Fonte: Fotos do Autor

Na agrovila os recursos para comunicação externa são bem limitados, embora exista um aparelho de telefonia coletivo, um orelhão, ele não funciona há muitos anos. (Figura 35). Embora próximo ao município de Eunápolis, o sinal de telefonia celular não é bom.



Figura 35: Foto mostrando a área central da agrovila do assentamento Produzir
Fonte: Fotos do Autor

Quanto à infraestrutura, o assentamento possui energia elétrica e desta forma todas as residências estão interligadas a esta fonte de energia. Observou-se, também, que as residências da agrovila são abastecidas com água proveniente de um reservatório que é abastecido por um poço artesiano (Figura 36).



Figura 36: Identificando a existência de energia elétrica e o reservatório de água para abastecimento da agrovila.
Fonte: Fotos do Autor

Verificou-se, ainda, que não se dispõe de rede de esgoto na agrovila. Desta forma, os dejetos humanos são direcionados às fossas existentes em cada residência. Outro fator importante observado é que os moradores não possuem o

hábito de tratar a água para o seu consumo. Poucos são os que a fervem ou filtram, pois compreendem a água de boa qualidade.

Alguns assentados ainda possuem criação de galináceos (Figura 37A). São ainda cultivados no assentamento, hortaliças (Figura 37B), mandioca, abóbora, melancia, batata doce e banana. Porém neste assentamento a principal atividade econômica é a pecuária leiteira e de corte, mas também a cultura do café e coco tem relativa importância econômica neste assentamento. Estão desenvolvendo um projeto para implantar a piscicultura, este projeto se encontra em fase conclusiva.



Figura 37: : Fotos apresentando uma criação de galináceos (A) e uma pequena horta nos fundos das casas (B).

Fonte: Fotos do Autor

Com relação aos aspectos ambientais, verificou-se que alguns assentados entendem necessário e fazem uso dos defensivos agrícolas para garantir a produção. Alguns deles devolvem as embalagens para as lojas, no entanto, a maioria guarda os vasilhames para depois incinerar. Os assentados ainda conservam o hábito da prática de queimadas para preparação e limpeza do solo. Compreendem que “a cinza é um excelente adubo para a terra”, como assim se manifestou um trabalhador rural, assentado há quatro anos.

Neste assentamento, apesar do pequeno número de famílias, já existe uma escola pública municipal – Escola municipal Produzir - que oferece os cursos de alfabetização e ensino fundamental I. Os jovens que precisam cursar o ensino

fundamental II dirigem-se ao assentamento Projeto Maravilha ou ao município de Eunápolis. Os que necessitam cursar o ensino médio ainda precisam se deslocar até o município de Eunápolis. A escola é pequena, porém, bem conservada e com instalações muito boas, conforme se percebe nas Figuras 38A, há uma pequena cantina, próxima a sala da direção (Figura 38B).



Figura 38: Fotos da Escola Municipal Produzir, mostrando o estado de conservação e noções de sua dimensão (A); cantina e sala da direção (B).

Fonte: Fotos do Autor

Ainda com relação à infraestrutura de apoio à comunidade observou-se que há no Assentamento Produzir um espaço destinado para ser o Posto de Saúde. No entanto, ainda a comunidade não tem recebido a visita de profissionais da área de saúde. Quando há necessidade de assistência médica, emergência ou não, os pacientes precisam se deslocar até o município de Eunápolis-Bahia.

Os assentados do Produzir são pessoas cordiais e acolhedoras. Costumam, ao cair da tarde, sentarem-se nas portas das casas para conversarem (Figura 39). Não há no assentamento muitos recursos para o lazer, observou-se apenas a existência de um campo de futebol improvisado, no qual os jovens se divertem. O sinal de TV não é muito bom, ficando, assim, seus moradores com acesso apenas ao sinal de rádio.

Conserva-se, neste assentamento o cotidiano de uma grande fazenda. A vida segue de forma simples, tranquila, sem a pressa e ansiedade dos grandes centros urbanos. As pessoas se conhecem e se identificam como “amigas”, “colegas” e

“companheiras”. Há o respeito e cuidado de um para com os outros, além de um senso de irmandade bem desenvolvido.



Figura 39: Fotos de alguns assentados da agrovila do Assentamento Produzir reunidos, no final da tarde, nas portas de suas casas.

Fonte: Fotos do Autor

4.5 ANÁLISE DOS PONTOS CONVERGENTES E DIVERGENTES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE EUNÁPOLIS-BAHIA

Individualizar cada assentamento foi de extrema importância para gerar uma identidade própria e, conseqüentemente, uma autonomia quanto aos demais, o que possibilitou a constatação de que embora sejam assentamentos provenientes da mesma política de inclusão do homem do campo, aspectos sociais e econômicos os diferenciam, a exemplo no tempo de existência de cada um e da quantidade de famílias que os compõem, estas entre 20 (PA Produzir) e 205 (PA Maravilha), o que se manifesta em níveis diferenciados de desenvolvimento.

Essa identificação individualizada permitiu a percepção do desenvolvimento e produção nos assentamentos de Eunápolis, pela qual se constatou ser o café a cultura mais explorada, seguido da criação de gado bovino, tanto para leite como corte. Há ainda, plantios de abacaxi - com destaque para o Assentamento Projeto Maravilha que é o maior produtor da espécie na região, pimenta do reino, mandioca, cacau, banana, hortaliças, dentre outros produtos.

De acordo com o Quadro 1, os assentamentos de Eunápolis possuem, quanto ao seu diagnóstico social, econômico e ambiental, padrões que se assemelham e que em alguns pontos se divergem a depender dos aspectos abordados. Pode-se constatar que os assentamentos tornaram-se uma realidade há mais de uma década, sendo o Assentamento Maravilha o mais velho, com 28 anos e o assentamento Santa Maria o mais novo, com 11 anos. Os outros, Terra Bahia e Produzir, com 12 e 18 anos, respectivamente. Verifica-se que cada assentamento possui uma agrovila e que nestas residem os seus assentados, que se dirigem às suas lavouras pela manhã e retornam ao cair da tarde. Possuem, ainda, uma área de preservação ambiental, reconhecida e cuidada por todos.

Mesmo sendo um direito garantido pela Carta da República de 1988, verifica-se, no Quadro 1, que a maioria dos assentados não é assistida pelo município no que tange à saúde e segurança pública. A exceção fica por conta dos assentados do PA Maravilha, no qual existe posto de saúde, com visitas médicas duas vezes na semana e agente de saúde diariamente. Neste assentamento existe um Posto Policial que está fechado há mais de três anos.

Embora não tenham saneamento básico, nos assentamentos existem fossas sépticas, água encanada, coleta de lixo e energia elétrica nas casas e nas ruas das agrovilas. Estas casas, em sua maioria, são de alvenaria, com reboco e piso, e destas, algumas com pintura externa.

Todos os assentamentos são assistidos pelo município quanto à Educação. Mesmo o assentamento Santa Maria, que não possui escolas, as crianças jovens e adultos deste assentamento são levados pelo ônibus escolar ao PA Maravilha, onde estudam diariamente. As escolas dos PAs Terra Bahia e Produzir oferecem os cursos Fundamental I e II, enquanto no PA Maravilha, além destes ainda oferece a Educação para jovens e Adultos – EJA. Provavelmente os demais assentamentos não possuem estrutura para atender as demandas da educação devido ao fato do pequeno número de famílias existentes nos mesmos, entre 20 e 28 famílias.

Quadro 1: Síntese das informações extraídas de cada assentamento estudado.

Parâmetro Diagnosticado	Assentamento Terra Bahia	Assentamento Santa Maria	Assentamento Projeto Maravilha	Assentamento Produzir
Tempo de vida em anos do assentamento	12 anos	11 anos	28 anos	18 anos
Número de associados/lotes atualmente	28/25	62/62	205/205	20/20
Existe área de preservação ambiental	sim	sim	sim	sim
Possui água encanada	sim	sim	sim	sim
Possui rede de coleta de esgoto	não	não	não	não
Possui coleta do lixo doméstico	sim	sim	sim	sim
Possui posto de saúde em atividade	não	não	sim	não
Há visitas de agente de saúde	não	não	sim	não
Possui escola de ensino fundamental I	sim	não	sim	não
Possui escola de ensino fundamental II	sim	não	sim	não
Possui Educação de Jovens e Adultos	não	não	sim	não
Possui Posto Policial	não	não	Sim (desativado)	não
Existe área de lazer coletiva (campo de futebol e/ou outro)	sim	sim	sim	sim
Pratica queimadas nas propriedades	sim	não	sim	sim
Existe casa de taipa	não	não	não	não
Existe casa de construção mista (alvenaria e taipa)	sim	sim	sim	sim
Existe associação de moradores	sim	sim	sim	sim
Existe associação de produtores ou produtoras	sim	sim	sim	sim
Existe Cooperativa de produtores e produtoras	não	não	não	não
Iluminação elétrica	sim	sim	sim	sim

Fonte: elaborado pelo autor.

A produção é diversificada e cada assentado decide o que plantar, como plantar e para onde escoar a sua produção. Embora, como se pode verificar no Quadro 1, que todos estejam necessariamente associados, verificou-se que eles não utilizam a associação para definição de tarefas coletivas ou organização de produção, não há unidade no sentido de viabilizar a venda e escoamento dos produtos. As associações existem porque são necessárias para conseguirem incentivos e participarem de programas oferecidos pelo governo. A exceção está no Assentamento Santa Maria, no qual se constata a presença de duas associações, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Santa Maria e a Associação de Mulheres Trabalhadoras e Empreendedoras Rurais do PA Santa Maria, pelas quais se unificam interesses. No entanto, ainda está longe de se alcançar o ideal, qual seja a união em prol do crescimento coletivo.

A sustentabilidade econômica se percebe uma vez que existe produção nos assentamentos e que, mesmo sem uma organização coletiva, os assentados dela conseguem viabilizar recursos para a sua sobrevivência e a de sua família, gerando renda e proporcionando um desenvolvimento da região, embora se perceba grau de desenvolvimento diferenciado entre eles.

Essa falta de unidade deve-se à falta de cultura associativista que pode estar associado ao fato de a maioria dos assentados não se sente pronta para assumir papéis representativos e entendem que os que lá se encontram não tem o perfil para assumir compromissos em prol da coletividade, uma vez que os interesses pessoais se sobressaem aos demais. Para mudar essa concepção, necessário se faz promover cursos e capacitações para despertar a conscientização dos assentados, demonstrando com casos concretos e exemplos, inclusive de outros países, como o desenvolvimento se torna eficaz se realizado de forma institucionalizada.

Conforme Quadro 1, verifica-se que em todos os assentamentos existe uma área de reserva ambiental. A conscientização de se preservar os recursos naturais existe e esta se deve às condições climáticas que afetam diretamente cada família assentada que depende da terra, da chuva e da água para sobreviverem. No entanto, em todos os assentamentos foram identificados assentados que usam o recurso das queimadas para fazerem a limpeza dos pastos e incinerarem lixos ou

recipientes de agrotóxicos utilizados na lavoura. Compreendem o fogo como um “mal necessário” e que as cinzas são fertilizantes naturais.

A falta de compreensão ou a percepção de uma cultura secular, comprovadamente equivocada, a das queimadas, faz com que muitos assentados sejam reincidentes em desvios facilmente identificados. Falta a preocupação dos governantes em promover campanhas no campo, conscientizando e alertando essa população dos prejuízos das queimadas e dos riscos quanto à utilização de produtos químicos nas lavouras. Dos assentamentos pesquisados, essa conscientização já existe no Assentamento Santa Maria, no qual não se permite as queimadas e o uso de defensivos químicos é feita com moderação.

Dessa forma, constata-se que é frágil a percepção de sustentabilidade ambiental nos assentamentos pesquisados. A preservação acontece pelo medo da seca, medo da falta d'água, medo do excesso de chuvas, das pragas, enfim, o fator que os limita é o medo e não a consciência ambiental. Mas, percebe-se que eles estão abertos a novas ideias e concepções, o que falta é orientação, direcionamento de órgãos públicos ou privados.

O que chama à atenção é o assunto segurança nos assentamentos. Conforme se constata no Quadro 1, só o PA Maravilha possui um Posto de Polícia e, mesmo assim, desativado. Nos outros assentamentos nunca se pensou sequer na possibilidade de se ter um posto de polícia, mesmo tendo aumentado o número de ocorrências de crimes na zona rural.

No que se refere à assistência médica, constata-se, na Quadro 1, que só o PA Maravilha possui posto de saúde em atividade e que há visitas de agentes de saúde nas casas. Nos demais assentamentos, caso precisem de assistência médica, de emergência ou não, precisam se deslocar ao município de Eunápolis. Da mesma forma, caso precisem de vacinas e orientações sanitárias quanto ao combate à epidemias como a dengue, necessário se dirigir à Eunápolis. No caso do Assentamento Santa Maria, por sua localização ser bem próxima ao PA Maravilha, os assentados buscam neste, orientações e atendimentos médicos, quando não são emergências.

É fácil de constatar que os assentamentos possuem um padrão uniforme quanto à moradia, saúde, educação, área de preservação, qualidade da água, coleta de lixo doméstico, coleta de esgoto e direcionamento dos dejetos humanos. Deles, o PA Maravilha, talvez por ser o mais velho de todos e ter o maior número de famílias assentadas, difere-se dos demais, agregando outras vantagens, como posto de saúde, posto policial (mesmo sem funcionar) e educação para jovens e adultos.

4.6 A SUSTENTABILIDADE SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE EUNÁPOLIS-BAHIA

A reforma agrária tem um papel muito importante na atual estrutura social brasileira, pois além de promover transformações na vida de muitos assentados, também dissemina a cultura do desenvolvimento sustentável no meio rural. A sustentabilidade econômica, social e ambiental é uma realidade necessária para se promover a estabilidade no processo de crescimento de um país, em especial, do crescimento de seu povo.

A Reforma Agrária não deve se resumir a uma simples política pública de distribuição de terra cujo objetivo maior é o cumprir metas físicas, baseadas em número de famílias assentadas. Deve sim, vir cumprir um papel estratégico no processo de desenvolvimento do país, propiciando a criação de empregos de baixo custo; conter o êxodo rural; melhorar a distribuição de renda e os indicadores sociais; reduzir a violência no campo e contribuir com a descentralização da economia da população (TEIXEIRA, 2007, p.1).

Importante perceber que o início da formação dos assentamentos rurais de Eunápolis, deu-se em momento de grande instabilidade econômica e social pela qual as regiões sul e extremo sul da Bahia estavam passando (à partir de 1988 com o Projeto Maravilha). Com a crise da lavoura cacauzeira no sul e a presença da fábrica de celulose, Veracel, que se instalou no município, comprando e arrendando propriedades para o plantio de eucaliptos, muitos trabalhadores rurais “desempregados do cacau” e sem oportunidades de se estabilizarem nas cidades, começaram a pressionar o governo do Estado para a efetivação da reforma no campo, principalmente, pela desapropriação de algumas propriedades que já se encontravam em vias de negociação com o INCRA, para fins de reforma agrária.

O campo descortinou-se como uma oportunidade para aqueles que tinham como ofício o labor rural. Muitas famílias compreenderam que a opção de suas vidas seria a luta pela terra, e foram criando, junto às lideranças políticas e eclesiais, oportunidades para conquistarem o pedaço de chão e recomeçarem as suas vidas.

O perfil desses assentados é o de trabalhador rural, buscando ter o seu próprio “pedaço de chão” para produzir e conquistar uma vida com dignidade, tanto para si, como para a sua família. Inicialmente, na fase embrionária de todo o processo, esses trabalhadores se submeteram a uma vida de acampamento próximo à área que seria destinada à desapropriação. Viviam em condições subumanas, morando em barracas de lonas e comendo o que conseguiam da precária plantação de hortaliças, ou das cestas básicas fornecidas pelo Governo ou por algumas ONGs, que desenvolviam projetos para esse fim.

Também conhecida como o “Portal de Entrada do Extremo Sul”, Eunápolis sediou histórias de conflitos agrários que culminaram em assentamentos rurais, reconhecidos e resguardados pelos governos municipal, estadual e federal. Alguns assentamentos tornaram-se, com o passar dos anos, extensões da cidade, como o Assentamento Colônia e o Assentamento Roça do Povo, nos quais se confundem a vida urbana com a vida rural.

Os quatro assentamentos de Eunápolis, assim como todos os outros do país, tinham como objetivo promover a inclusão social de trabalhadores rurais sem terra e de alavancar o desenvolvimento da região, estagnado, até então, pela crise ali estabelecida. No entanto, essa inclusão se daria nos parâmetros da Sustentabilidade, sendo esta econômica, ambiental e social.

O acesso a terra proporciona aos agricultores familiares a organização e individualização das suas lavouras, a negociação de seus produtos e a satisfação de suas necessidades básicas, o que os permite interagir com a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Importante fazer essa análise, pois essas questões estão diretamente relacionadas com a sustentabilidade social.

Em observância ao art. 6º da nossa Carta da República de 1988, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015). Dessa concepção corrobora a Sustentabilidade Social.

Nos assentamentos de Eunápolis percebe-se que os assentados preocupam-se com as suas moradias. Em todos os assentamentos as casas, maior parte delas, são de alvenaria, com reboco e piso. Estas, na sua maioria, são mobiliadas com fogão a gás, geladeira, armários, sofá, cama e guarda roupa. Levam uma vida simples, mas com um certo conforto. Segundo a Sra. Rosalina Ramos² “[...] depois que estou aqui tenho comida e um teto, tenho trabalho e dinheiro para comprar os meus remédios. Agradeço a Deus todos os dias, minha vida agora é outra, agora sou gente [...]”

Percebe-se, nitidamente, que houve uma melhora na condição humana no que diz respeito à moradia, afinal foram vários anos vivendo sob as lonas em estradas e acampamentos, no entanto, embora com as mesmas oportunidades, pelo que se presume, nem todas as casas possuem o mesmo padrão de conforto. A maior parte delas tem reboco, piso e energia elétrica, mas diferem quanto ao mobiliário, tamanho das casas, pintura das paredes, utensílios domésticos, dentre outros, ou seja, as oportunidades foram iguais, mas o desenvolvimento, não. Mas, tal afirmação não nega a percepção de que há dignidade quanto à moradia.

Embora não possuam uma rede de coleta de esgotos, em todos os assentamentos constata-se que os dejetos humanos são direcionados a uma fossa séptica, não há exposição de esgoto a céu aberto. O lixo doméstico é recolhido semanalmente pela municipalidade. Até o dia da coleta eles são armazenados e acomodados nos fundos das casas. Alguns assentados não esperam a coleta e incineram o seu lixo. Essa possibilidade de coleta semanal permite aos moradores das agrovilas manterem os assentamentos limpos e organizados, assim sendo,

² Agente de saúde e assentada do Projeto Maravilha

diminuíram-se os riscos de contaminação e doenças provenientes da falta de saneamento básico e do acúmulo de lixos.

Outro fator que chama bastante atenção pela sua importância é a saúde pública, de assentados. A saúde é um elemento imprescindível à manutenção da vida e a dignidade da pessoa humana. É um elemento fundamental, de responsabilidade do Estado. A participação do Poder Público é determinante para que haja um serviço de qualidade ou não. A partir da Constituição de 1988, a saúde passou a ser "direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença" (BRASIL, 1988).

Dos quatro assentamentos, apenas um possui posto de saúde adequado e equipado pelo município, o Projeto Maravilha. Neste, há atendimento médico duas vezes na semana. O atendimento pela agente de saúde é diário, pois ela é assentada e reside na agrovila. No entanto, não há atendimento de primeiros socorros, havendo qualquer emergência o paciente deverá ser encaminhado ao município de Eunápolis, para ser atendido.

Nos demais assentamentos, Terra Bahia, Santa Maria e Produzir, a presença do Estado no que diz respeito à saúde é inexistente. Não há atendimento médico, não há atendimento de primeiros socorros, como também não há atendimento por agente de saúde. Os assentados não são assistidos de forma alguma, neste quesito. Caso precisem de algum atendimento, é necessário se deslocarem aos municípios como: Eunápolis, Itabela ou Belmonte. Percebe-se que essa realidade é um espelho da atual conjuntura política brasileira, pela qual a saúde do país fica negligenciada e não corresponde às necessidades da população.

Os serviços dos agentes de saúde no PA Maravilha consistem na vacinação de crianças, jovens, adultos e idosos, além da orientar à comunidade quanto à necessidade de prevenção de doenças como a dengue, a chicungunha e a zika. Além de encaminharem os assentados aos postos de saúde para serem orientados quanto ao planejamento familiar.

Tão importante quanto à saúde é a educação para a promoção da dignidade da pessoa humana. Nos assentamentos a educação é desenvolvida pela municipalidade, que construiu escolas e disponibiliza professores para a formação das crianças e adolescentes. A única exceção é o PA Santa Maria que não possui escolas. Para estudarem, os alunos são levados, em ônibus escolares, para o PA Maravilha, distante a um quilômetro. A justificativa para a não construção das escolas é, justamente, a proximidade entre os dois assentamentos e a quantidade de vagas oferecidas no PA Maravilha.

As escolas, nos assentamentos, oferecem os cursos de alfabetização, fundamental I e II, já no Assentamento Maravilha, na Escola Municipal Gilberto Pereira Abade, oferece, além dos cursos normais, o ensino para jovens e adultos EJA – Educação de Jovens e Adultos, avaliados pela CPA (Comissão Permanente de Avaliação). O que se constatou é que em nenhum momento a grade curricular das escolas trouxe como objetivo dos cursos um segmento de estudos voltado para a vida agropastoril, que é realidade de cada assentamento.

O que se compreende e espera da educação formal é, justamente, a preparação técnica e científica do alunado para exercer a sua profissão com excelência, conseguindo recursos para a sua subsistência e a de sua família, além de promover o desenvolvimento da comunidade em que vive, razão pela qual torna-se imprescindível para o desenvolvimento dos assentamentos de Eunápolis, uma grade curricular na qual estejam presentes disciplinas de formação agrária, práticas de agronegócios e sustentabilidade, garantindo a interação, a vocação e a permanência do homem no campo.

Através das interações, as pessoas disponibilizam seus saberes, suas experiências e habilidades, possibilitando enriquecer o conhecimento dos outros. Este processo é parte essencial da aprendizagem colaborativa e, sobretudo, da construção social do conhecimento (ROMERO, 2006, pg. 68).

Essas ações alcançariam o quanto previsto no Art. 16 do Estatuto da Terra quando preconiza que a Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça

social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país.

Algumas políticas públicas são apresentadas com a finalidade de promover essa interação do homem com o campo, tendo como objetivo o desenvolvimento social e o fortalecimento das relações economicamente sustentáveis. Política como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC CAMPO, se bem desenvolvida, promoverá conhecimentos e empregabilidade no campo. No entanto, para a sua efetivação, necessário a organização das associações para que possam, junto com representantes municipais e estaduais, formalizarem os seus pleitos para a execução de tais propostas governamentais.

Para garantir o progresso e o bem estar do trabalhador rural, necessário se faz promover a sua segurança no campo. No entanto, as notícias diárias de homicídios, roubos seguidos de morte, pequenos furtos e a presença de drogas na zona rural maculam com sangue a imagem bucólica, a qual sempre foi atribuída ao campo, compreendido como sinônimo de paz e proximidade com a natureza.

A existência de conflitos são fatos normais, que acontecem em todas as sociedades humanas. Para precaver e mediar estes conflitos, praticamente todas as culturas criam princípios, normas e regulamentos que determinam o que é lícito e ilícito, além de qual será a medida repressiva para aqueles que violam as leis. As regras existem para proteger as pessoas e garantir que uma sociedade funcione de modo equilibrado.

Segundo as leis brasileiras, todas as pessoas têm direito à segurança, o que significa que as pessoas devem ter o direito de se sentirem, sem temor e ameaças constantes. A garantia do direito à segurança induz à proteção de outros direitos, como por exemplo, o de ir e vir, sem medo de passar por determinados pontos, direito de proteção da intimidade e do livre-arbítrio, sem monitoramentos constantes, e o direito de amparo da integridade física e psicológica sem ameaças e sem violência.

O direito à segurança não expressa o fim de todos os conflitos, ameaças e agressão, mas sim a existência de instituições confiáveis e que procurarem precaver de maneira competente estes acontecimentos, e atuar de forma equilibrada e justa quando alguma coisa errada acontece em sociedade.. Atuar com justiça significa reconhecer e respeitar os direitos de todos, agindo de maneira indiferente e equilibrada (ZANETTI, 2013, p. 07).

Nos assentamentos de Eunápolis já se constata um elevado nível de violência atribuído à disseminação rápida do consumo e do tráfico de entorpecentes, principalmente por estarem localizados próximos à cidade de Eunápolis e às margens de rodovias federal e estadual - a BR 101 e a BA 683, respectivamente.

Um fator relevante que impulsiona o êxodo nos assentamentos de Eunápolis é a falta de segurança pública. Deles, o único que possui um Posto Policial é o Projeto Maravilha, o qual se encontra fechado há mais de três anos. O governo justifica a sua ausência pela falta de efetivo humano para permanecer nas agrovilas. As notícias crimes são abundantes na mídia, algumas delas envolvendo os assentamentos. O PA Maravilha, por ser o maior em extensão e em número de habitantes, é o que tem maior índice de violência, tanto o é que foi necessária a construção de um Posto Policial para coibir os vândalos e promover a segurança dos assentados. Infelizmente, a inércia do governo repercutiu como indiferença, o que fez aumentar ainda mais o consumo e o tráfico de entorpecentes, aumentando, assim, os índices de violência.

Diante dos fatos observados, verifica-se que a falta de conhecimento do sistema jurídico do país faz com que muitas pessoas pratiquem violência primária ou reincidente. Por desconhecerem as regras, muitos não a praticam. Presume-se, assim, que se os maridos tivessem conhecimento da Lei Maria da Penha e do Menino Bernardo, diminuiria e muito a violência doméstica. Se soubessem das leis ambientais, evitariam as queimadas e o uso indiscriminado de defensivos químicos. Enfim, o conhecimento liberta. Mas, ele só vai ser possível se existir uma proposta que atenda as particularidades de cada assentamento, e essa proposta deverá ser oferecida pela educação.

Pacificado o entendimento de que as regras impõem a ordem e a ordem leva ao progresso, assim fica mais fácil falar de um direito assegurado por lei e negligenciado, muitas vezes pela ignorância, que é o lazer. Os assentamentos de Eunápolis promovem muito pouco o lazer na comunidade, o qual se restringe a jogos de futebol num campo improvisado, no qual se reúnem jogadores de outras comunidades para algumas partidas nos finais de semana.

O momento recreativo dos assentados é promovido pelas escolas, na maioria das vezes englobando crianças, jovens e adultos e pelas igrejas locais, nas suas datas festivas.

O reconhecimento do direito social do lazer contribui para a expansão do ser humano na sua essencialidade, com a liberação para o convívio familiar, a confraternização com os amigos, a prática de atividades lúdica,

esportivas, culturais, ao desfrute das artes, ao estudo, o que o condiciona a um crescimento pessoal, familiar e social (OLIVEIRA, 2010. p. 57).

A cultura e o lazer são direitos assegurados pela Constituição da República. A dificuldade de se promover o lazer nos assentamentos de Eunápolis vem da própria infraestrutura das agrovilas. Diante das agruras pelas quais passam as comunidades, compreende-se que as prioridades certamente não são lazer e cultura, pelo seu alto custo. Essa dificuldade de se promover a cultura e o lazer pode ser amenizada se for implementada nos assentamentos o Programa Arca das Letras, desenvolvido pelo governo federal e que tem como objetivo garantir o acesso à leitura de crianças, jovens e adultos das comunidades rurais.

Muitas das conquistas obtidas pelos assentados são frutos de políticas públicas como o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que é um programa de crédito; o Balde Cheio que desenvolve metodologias para aumentar a qualidade do rebanho e consequente produtividade, além do programa Caminhos da Escola, que foi criado com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes. Apesar de todas essas concessões e do visível progresso, muito há que se fazer nos assentamentos para que haja um crescimento progressivo respaldado na sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Diante da pesquisa observatória, das entrevistas e do contato direto com representantes do Sindicato dos trabalhadores e do Município, constata-se uma evidente melhoria das condições sociais dos trabalhadores rurais desses assentamentos. Uns conseguiram se destacar bem mais que outros, mas, mesmo aqueles que pouco progrediram, conquistaram vida digna, com casa, comida e educação para seus filhos, o que não possuíam enquanto estavam acampados à espera da terra.

A luta por dias melhores é uma constante na vida dos brasileiros. Para os assentados do município de Eunápolis, cada dia é de luta e em cada luta o renascer da esperança. São lutadores que não se intimidam pelas dificuldades, que têm esperanças e que vislumbram o reconhecimento da nação. É como lema cantado no

hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra: “Nossa força resgatada pela chamada esperança no triunfo que virá...forjaremos desta luta com certeza pátria livre operária e camponesa ... nossa estrela enfim triunfará!!”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Direito à propriedade é assegurado pelo Estado a todos os brasileiros. No entanto, essa propriedade deve exercer a sua função social, que para os imóveis rurais compreende-se em produzir, empregar, pagar impostos e promover o desenvolvimento na região na qual se encontra. Quando essa função social não é identificada, o estado utiliza do seu poder para desapropriá-la e disponibilizá-la para fins de reforma agrária.

A reforma agrária vai muito além do simples ato de desapropriar uma propriedade, loteá-la e transmiti-la para trabalhadores rurais que se cadastraram no INCRA com a perspectiva de ter o seu pedaço de chão para plantar. Na verdade, a reforma agrária, além de promover a desapropriação de propriedades rurais reconhecidamente improdutivas, visa também alavancar o desenvolvimento do campo e, conseqüentemente o desenvolvimento do país, através de políticas públicas previamente estabelecidas.

Esse desenvolvimento está respaldado nos parâmetros da sustentabilidade que, por sua vez, amparam-se num tripé constituído pelas abordagens econômico, ambiental e social. Esses parâmetros visam um desenvolvimento econômico sem que este possa causar danos ao meio ambiente, a população e as relações sociais advindas de direitos estabelecidos pelo Estado, como os direitos civis, políticos e sociais.

No nosso país existe um número expressivo de pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza. Muitos movimentos sociais surgiram para resgatar essas pessoas e oferecerem apoio para, unidos, reivindicarem do Estado direitos garantidos por leis. No campo, vários foram os movimentos. Muitos deles chegaram a destaque nacional, como o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, dentre outros. O objetivo desses movimentos era viabilizar a inclusão social dos trabalhadores rurais sem terra, os quais tiveram também o apoio de determinados grupos civis e eclesiais.

Os movimentos sociais rurais eclodiram em todo o território nacional. Não foi diferente no extremo sul da Bahia, na pitoresca cidade de Eunápolis, que sentiu o impacto do movimento no auge da crise da lavoura cacaueteira do sul da Bahia, das invasões indígenas e o avanço da silvicultura no extremo sul. Algumas fazendas foram desapropriadas para fins de reforma agrária e outras, objeto de financiamento, através do programa crédito fundiário, que era o antigo programa cédula da terra.

Eunápolis possui, atualmente, cinco assentamentos regularizados, embora existam vários acampamentos aguardando o processo de formalização. Com o acesso a terra e aos programas do Governo, os assentados conseguiram alcançar uma dignidade de vida jamais conhecida. Agora produtores, conseguem produzir e escoar a sua produção de forma autônoma, promovendo um desenvolvimento pessoal e familiar. No entanto, esse desenvolvimento não é uniforme, muitos conseguem se destacar, enquanto outros ficam à deriva, estagnados pela falta de oportunidades. O que se conclui que, embora os programas e projetos sejam para todas as famílias indistintamente, muitas não conseguem ter acesso a eles.

Sair das lonas e morar em casas de alvenaria, com utensílios domésticos antes jamais percebidos, com alimentação garantida e uma vida em comunidade é uma consequência mínima, mas não menos importante, da reforma agrária. O importante é constatar se esses assentados, promovidos à condição de produtores rurais, conseguem promover um crescimento econômico contínuo e com sustentabilidade, e essa realidade é observada nos assentamentos de Eunápolis, embora em níveis diferentes.

Urge observar que os assentamentos de Eunápolis são relativamente jovens, sendo o mais velho com 28 anos de idade e os demais com 11, 12 e 18 anos. Embora sem parâmetros comparativos que possam auferir o desenvolvimento destes assentamentos, a sinergia positiva constatada evidencia que há um desenvolvimento iminente de comunidade ativa, com lavouras produtivas, com rebanhos bem cuidados, com um comércio funcional, embora embrionário, com agrovilas bem estruturadas, com construções novas e com lideranças buscando junto à municipalidade melhorias para todos. Essas características asseguram que

os assentamentos de Eunápolis, pelas ações empreendidas, promovem a sustentabilidade social dos seus pares. Mas, muito se tem por fazer ainda.

Acredita-se que para promover as atividades dos assentamentos e, conseqüentemente, intensificar os meios que permitam a evolução da sustentabilidade social, necessário se faz empreender esforços integrados entre as organizações dos assentamentos junto com os organismos institucionais, que tem como finalidade garantir o desenvolvimento e erradicar a pobreza, a exemplo do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, entre outros. O aceleração e a melhoria das condições de vida dos assentados nas áreas de produção, educação, moradia, típico de uma sociedade autossustentável e conhecedora dos seus direitos, terá como consequência a melhoria automática e sistêmica da saúde, do saneamento básico e do lazer.

Para tanto, será necessário se desprender dos métodos tradicionais que, em regra, são de baixa produtividade de resultados, primando pelo emprego de tecnologias modernas disponíveis nos bancos das grandes universidades desse Brasil, nas mais variáveis áreas de produção, a exemplo das tecnologias envolvendo a criação de pequenos animais, adequadas às pequenas propriedades, como suinicultura, caprinocultura, ovinocultura, apicultura, avicultura, a cunicultura (criação de coelhos) e piscicultura, entre outros, para gerar produção em escala.

No mesmo sentido, o setor de agricultura familiar dos assentamentos deveria primar pelo emprego de tecnologias disponíveis nos órgãos de pesquisa, para não se limitar apenas a produção de subsistência, mas, além destes, produzir, em escala compartilhada, produtos de maior valor agregado. Poder-se-ia processar toda a produção dos assentados, gerando produtos diferenciados com, inclusive, selo de inspeção intermunicipal, objeto articulado pelos Consórcios Intermunicipais em benefícios dos territórios, o que poderá se tornar uma grande oportunidade de reter e até atrair as pessoas para atividade gerada pela agroindústria.

Na área sociocultural não é diferente. Há uma infinidade de atividades que poderão envolver toda a comunidade dos assentamentos e do seu entorno, que não só terão cunho recreativo e de lazer, mas que se acrescentaria a esses as

características de pessoas diferenciadas, seja pela arte, pela cultura e pelo desenvolvimento sociocultural sustentável. Para se vislumbrar tais ações, necessário se ter linhas de pesquisas voltadas para a adequação, promoção e desenvolvimento de tecnologias e vocações econômicas, as quais serão aplicadas em cada comunidade. Necessário identificar o potencial produtivo de cada assentamento, além de descobrir novas competências, advindas da arte, do artesanato, enfim, da cultura de cada um.

Importante constatar que os Assentamentos Rurais de Eunápolis são fontes inesgotáveis de pesquisa. Variados temas e questionamentos podem ser desenvolvidos tanto de forma individual como coletivamente. Assuntos que variam do Direito à Sociologia, da Filosofia à Política, todos com riquezas de conteúdo e metodologias.

Há um manancial vivo e inquietante que pode ser desvendado em diversas vertentes e por diferentes pesquisadores. Assuntos importantes que trarão respostas a antigos questionamentos podem ser pesquisados nestes assentamentos, tais como: Políticas Públicas - acesso e viabilidade; Educação nos Assentamentos de Eunápolis – uma nova proposta; Violência e Criminalidade nos Assentamentos de Eunápolis como resultado da ausência do Estado; Percepção dos Assentamentos Rurais de Eunápolis pela trilogia dos Princípios balizadores da Revolução Francesa: Igualdade, Liberdade e Fraternidade; O Direito como instrumento de humanização nos Assentamentos Rurais – Estudo de caso Eunápolis-Bahia.

Enfim, como uma célula humana que compõe a nossa sociedade e que dela tira seus princípios e desenvolve comportamentos, os Assentamentos Rurais de Eunápolis-Bahia são como diamantes brutos que necessitam de lapidadores para desvendarem a sua verdadeira essência, estando estes livres de vícios e preconceitos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Álvaro Antônio Xavier de; MOREIRA, Diego Camelo; MOURA, Roseni Aparecida de, **O Papel da Organização Social e Ambiental nos Assentamentos Rurais**, publicado em 07/02/2013.

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de Direito Agrário, Doutrina e Exercícios**. 6. ed. v. 1 ver. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

BOGO, Ademar. **“Desafios permanentes do MST”, em Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio - 4o Congresso Nacional MST (Brasília), 2000.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 4.504/1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>; Acesso em: 11/10/2015.

BRÜSEKE, Franz J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (org) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Cortez ed., São Paulo, 1995.

CAPORAL, F. R.; Costabeber, J. A - **Agroecologia e Extensão Rural: Contribuição para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável - Brasília: DA/SAF/DATER - IICA, 2004.**

CARMO, R. B. A. **A questão agrária e o perfil da agricultura familiar brasileira**. Bahia Agrícola, Salvador, v. 4, n. 1, nov. 2000.

DERANI, C. A propriedade na Constituição Federal de 1988 e o conteúdo da função social. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v.27, p.58-69, 2002.

DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**, 9. ed., São Paulo, Saraiva, 2004.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. Guaíba, Livraria Editora Agropecuária, 1999.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social**. Editora Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2010.

FOLLMANN, J. (1980). **“Consequências sociais da monocultura soja-trigo”**. Estudos Leopoldenses, XVI(56): 65-84, 1989.

GABRIEL NETO; FERNANDES FILHO, Marcelo Oliveira; PRATA, Matheus. **Percepção urbana: um estudo sobre a cidade de Eunápolis – economia da cidade**

antigamente: primeiras empresas e o comércio. Disponível em:
<<http://eunapolis.bahia-guiacomercial.com/index.php/2015-08-22-23-25-16/eunapolis.html>>; Acesso em: 30/08/2016.

GEHLEN,IVALDO. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo Perspec. vol.18 ano.2 São Paulo Apr./June 2004. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000200010>>; Acesso em: 12/10/2015 às 16:56.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Eliane Gonçalves; MELLO, João Carlos Correia Baptista Soares de; MANGABEIRA, João Alfredo de Carvalho. Estudo da sustentabilidade agrícola em município amazônico com análise envoltória de dados. **Pesquisa Operacional** vol. 29 no.1 Rio de Janeiro Jan./Apr. 2009. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/pope/v29n1/a02v29n1.pdf>>; Acesso em: 02/10/2015.

INCRA. Disponível em: < 2015 – <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>; Acesso em: 18/08/2015 às 15:40h.

_____. Disponível em:<www.incra.gov.br/sites/default/files/> acesso em 12/10/2015.

_____. Disponível em:<painel.incra.gov.br/sistemas>. Acesso em 19/08/2015 às 10:00

_____. Disponível em:<painel.incra.gov.br/sistemas>. Acesso em 20/08/2015.

LARANJEIRA, Raymundo (1999). **Direito Agrário Brasileiro**. São Paulo: LTR. Lei número 11.326, de 24 de julho de 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. ampl. Atlas: São Paulo, 1991.

MDA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 2015
<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Guia_DRP_Parte_1.pdf>; Acesso em: 11/10/2015 às 17:43.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**. Brasília:1999.

MDS .<www.mds.gov.br>; Acesso em: 24/08/2015

MELLO, Celso de – Ministro do STF – **Decisão proferida em 21/08/2003 - (PG/STF-105058/03)**. Disponível em: <www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/>. Acesso em: 02/10/2015.

Ministério para o Desenvolvimento Internacional – DFID. **Manual de orientação sobre meios de vida sustentáveis**. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/3948?mode=full&submit_simple=Apresentar+o+registro+completo>; Acesso em: 22 de agosto de 2015.

MONTEIRO, Washington de Barros, Curso de Direito Civil, Vol. 3, 2012.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. 2. ed., João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 1997.

OLIVEIRA, Márcio Batista de. O direito ao lazer na formação do homem social. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 76, maio 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7406>. Acesso em: 22/08/2015.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. direitos reais. 19. ed., Rio de Janeiro, Forense, 2005.

PORTAL DA CIDADE; 2015; <http://eunapolis.ba.gov.br/?page_id=2>; Acesso em: 23/09/2015.

PRONAF. Disponível em: <www.mds.gov.br>; Acesso em: 24/08/2015.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**; 2010 <<http://www.pnud.org.br/noticia.aspx?id=3909>>; Acesso em: 12/10/2015, às 11:29.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**; PNUD; 2010 <www.pnud.org.br/hdr/arquivos/rdh_brasil_2009_2010.pdf>; Acesso em: 12/10/2015 às 11:12.

_____. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**; PNUD; 2014 <<http://www.pnud.org.br/noticia.aspx?id=3909>>; Acesso em: 12/10/2015, às 11:29.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 5. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1991, Os Pensadores.

ROMERO, A. T. B. Interacciones y construcción social del conocimiento en educación en línea. In: *Revista de la educación superior*, vol. XXXV (2), n.138, abril-junio 2006. Disponível em: <http://www.anuies.mx/servicios/p_anuies/publicaciones/revsup/pdf/RES_138.pdf>. Acesso em: 13/10/2015.

SCIORILLI, Marcelo. **Direito de propriedade e política agrária**: evolução, aspectos gerais, restrições, proteção, função social, conformação, instrumentos, limites. Imprensa: São Paulo, 2007.

TEIXEIRA, Paulo Henrique Rangel. **Desenvolvimento e assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

TOMÉ, M. V. F. **Desenvolvimento sustentável é mito?** Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/ri/handle/riufc/3948?mode=full&submit_simple=Apresentar+o+registro+completo>; Acesso em: 13/10/2015.

VERACEL 2010 - <http://www.veracel.com.br/>; Acesso em: 05/06/2016.

ZANETTI, Tânia Maria. Os direitos sociais garantia de dignidade do ser humano. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 08 out. 2013. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.45414&seo=1>; Acesso em: 08/09/2016.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário de Pesquisa para Dissertação de Mestrado

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ****Questionário de Pesquisa para Dissertação de Mestrado**

Entrevistado: _____

Função: _____

Idade: _____

Assentamento: _____

I) Saúde

a) Qual a frequência de atendimento médico e ambulatorial (vacinação, primeiros socorros etc) no assentamento?

b) Qual a frequência de atendimento de primeiros socorros

c) Qual a frequência de atendimento por agente de saúde

II) Educação

a) Existe escolas públicas ou comunitárias no assentamento? _____

b) Quantas escolas de cursos de alfabetização? _____

c) Quantas escolas de ensino fundamental? _____

d) Quantas escolas de ensino médio? _____

III) Habitação no assentamento

III.1 – Tipo de construção da residência é de:

a) casa de taipa

b) casa de tijolo, sem reboco e piso.

c) casa de tijolo, com reboco e piso.

d) Outro _____

III.2 – A iluminação usada nas residência é:

a) lampião a querosene ou a gás ou lamparina e/ou velas

b) energia elétrica

c) Outro _____

IV) Condições Sanitárias e Higiene

IV.1 – Destino dados aos dejetos humanos

a) jogado a céu aberto ou enterrado

b) dirigido à fossa ou rede de esgoto

IV.2 – Tipo de tratamento dado à água para consumo humano

a) nenhum tratamento

b) fervida, filtrada ou com hipoclorito de sódio.

IV.3 – Destino dado ao lixo domiciliar

a) jogado ao solo ou queimado

b) enterrado ou recolhido através de coleta domiciliar

V) Lazer

a) nenhuma infraestrutura de lazer

b) existência de salões de festas ou campos de futebol

c) existência de campos de futebol e salões de festas

d) existência de campos de futebol, salões de festas e televisor.

Sobre o Assentamento:

1. Quais o tipo de cultura econômica explorado no Assentamento? (cinco por ordem de importância)
